

**Gestão 2018-2020**

Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Antonio Siuffi Neto**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

|   |   |
|---|---|
| Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>                  | Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>     |
| Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>              | Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>            |
| Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>               | Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>                  |
| Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>           | Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>     |
| Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i> | Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>           |
| Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>                | Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>                |
| Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>                   | Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>                |
| Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>                  | Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i> |
| Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>     | Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>     |
| Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bitar Bezerra</i>         | Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>             |
| Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>               | Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>          |
| Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>            | Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>               |
| Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>               | Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>           |
| Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>            | Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>          |
| Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>               | Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>                |
| Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>    | Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>   |
| Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>               | Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>                |
| Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>       |   |

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: [caopjdccdh@mpms.mp.br](mailto:caopjdccdh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 842/2019-PGJ, DE 12.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Autorizar o Procurador de Justiça Sergio Fernando Raimundo Harfouche para participar da I Reunião Ordinária do ano de 2019 do Grupo Nacional de Direitos Humanos, GNDH, que ocorrerá no período de 27 a 29.3.2019, na sede do Ministério Público do Estado da Bahia, em Salvador, BA.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 815/2019-PGJ, DE 11.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os Promotores de Justiça abaixo relacionados para, sem prejuízo de suas funções, responderem pela 72ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, conforme quadro a seguir, e tornar sem efeito a Portaria nº 744/2019-PGJ, de 28.2.2019, que designou o Promotor de Justiça Alexandre Pinto Capiberibe Saldanha para responder pela referida Promotoria de Justiça:

| PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA              | DIAS           |
|-------------------------------------|----------------|
| Alexandre Pinto Capiberibe Saldanha | 7 e 8.3.2019   |
| Helen Neves Dutra da Silva          | 12 a 22.3.2019 |

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 816/2019-PGJ, DE 11.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça George Zarour Cezar 2 (dois) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2013 a 6 de janeiro de 2014, a serem usufruídos nos dias 29 e 30.4.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 818/2019-PGJ, DE 11.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito, no dia 11.3.2019, a Portaria nº 726/2019-PGJ, de 27.2.2019, alterada pela Portaria nº 778/2019-PGJ, de 7.3.2019, que designou a Promotora de Justiça Regina Dornte Broch para responder pela 3ª Turma Recursal Mista da comarca de Campo Grande.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 820/2019-PGJ, DE 11.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Revogar, no dia 11.3.2019, a Portaria nº 627/2019-PGJ, de 21.2.2019, que designou o Promotor de Justiça Fabio Adalberto Cardoso de Moraes para atuar no Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Corumbá.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 821/2019-PGJ, DE 11.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Allan Thiago Barbosa Arakaki, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 6ª Zona Eleitoral, nos dias 25 e 26.2.2019, e tornar sem efeito, no referido período, a Portaria nº 748/2019-PGJ, de 28.2.2019, que designou o Promotor de Justiça Wilson Canci Junior.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 822/2019-PGJ, DE 11.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça da comarca de Anaurilândia, Allan Thiago Barbosa Arakaki, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da comarca de Bataguassu, nos dias 25 e 26.2.2019, em razão de licença do titular, Wilson Canci Junior.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 823/2019-PGJ, DE 11.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 530/2019-PGJ, de 14.2.2019, na parte que designou o Promotor de Justiça João Meneghini Girelli para participar do Mutirão do Júri para julgamento de processo na 1ª Vara do Tribunal do Júri da comarca de Campo Grande, de forma que, onde consta: “PROCESSOS – 0000565-92.2016.8.12.0001”; passe a constar: “PROCESSOS – 0039231-31.2017.8.12.0001”.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 829/2019-PGJ, DE 11.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 59º Promotor de Justiça de Campo Grande, Eduardo Franco Cândia, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Turma Recursal Mista da referida Comarca, no período de 11 a 18.3.2019; e tornar sem efeito, no referido período, a Portaria nº 661/2019-PGJ, de 22.2.2019, que designou a Promotora de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto para atuar na referida Turma Recursal.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 836/2019-PGJ, DE 12.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Juliano Albuquerque 5 (cinco) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2018 a 6 de janeiro de 2019, por ter atuado no período de 28.12.2018 a 7.1.2019, a serem usufruídos no período de 25 a 29.3.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 837/2019-PGJ, DE 12.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Juliano Albuquerque 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos períodos de 25.4 a 2.5.2018 e 22 a 29.8.2018, a serem usufruídos nos dias 1º, 2, 3, 4 e 5.4.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 838/2019-PGJ, DE 12.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 12º Promotor de Justiça de Dourados, Luiz Eduardo de Souza Sant’Anna Pinheiro, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 8ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 25 a 29.3.2019, em razão de férias, e no período de 1º a 5.4.2019, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Juliano Albuquerque.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 839/2019-PGJ, DE 12.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o membro do Ministério Público Estadual abaixo nominado, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a seguinte Zona Eleitoral, em razão de ausência do titular, conforme o quadro a seguir:

| ZE  | PROMOTOR DE JUSTIÇA | PERÍODO        | MOTIVO      | TITULAR             |
|-----|---------------------|----------------|-------------|---------------------|
| 18ª | Fernando Jamusse    | 25 a 29.3.2019 | Férias      | Juliano Albuquerque |
|     |                     | 1º a 5.4.2019  | Compensação |                     |

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 840/2019-PGJ, DE 12.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Suspender, no dia 21.3.2019, as férias da Promotora de Justiça Luciana do Amaral Rabelo, concedidas por meio da Portaria nº 4101/2018-PGJ, de 4.12.2018, modificada pela Portaria nº 675/2019-PGJ, de 25.2.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 841/2019-PGJ, DE 12.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 8.3.2019 e no período de 11 a 18.3.2019, nos termos do artigo 139, inciso III, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 843/2019-PGJ, DE 12.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 6º Promotor de Justiça de Dourados, Fernando Jamusse, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos feitos e audiências relativos aos cumprimentos das cartas precatórias afetas à Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da referida Comarca, a partir de 11.3.2019, pelo período de 1 (um) ano, e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 4346/2018-PGJ, de 17.12.2018, na parte que designou a Promotora de Justiça Fabricia Barbosa Lima.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 844/2019-PGJ, DE 12.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 697/2019-PGJ, de 26.2.2019, na parte que designou a Promotora de Justiça Cíntia Giselle Gonçalves Latorraca para atuar perante o Juizado Especial Adjunto da comarca de Miranda, no dia 7.3.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**COMISSÃO ELEITORAL****AVISO N° 01/2019/CE**

O PROCURADOR DE JUSTIÇA E PRESIDENTE DA COMISSÃO ELEITORAL E JUNTA APURADORA PARA ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições legais previstas na Resolução nº 001/2009-CSMP, de 4.3.2009, torna público o nome da Procuradora de Justiça Jaceguara Dantas da Silva, única candidata inscrita e habilitada, para concorrer à eleição para escolha do membro que será indicado para a composição do Conselho Nacional de Justiça, que será realizada no dia 18 de março de 2019, no período das 13 às 17 horas.

A eleição será realizada pelo Sistema de Eleição Eletrônica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, de conformidade com as instruções a serem enviadas ao *e-mail* funcional dos eleitores, o qual conterá o *link* de acesso ao sistema, consoante previsto nos artigos 1º e 6º, inciso VII, da Resolução nº 10/2018-CPJ, de 19.11.2018.

Campo Grande, 13 de março de 2019.

OLAVO MONTEIRO MASCARENHAS

Procurador de Justiça

Presidente da Comissão Eleitoral

**GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS****AVISO N° 047/2019-GED****XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Procurador de Justiça e Coordenador da Gestão de Estagiários de Direito, torna pública a relação dos candidatos aprovados no XXI Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul que manifestaram a opção de **DESISTÊNCIA FORMAL** da vaga de estágio.

**1.1 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE CAMPO GRANDE  
BACHAREL EM DIREITO - NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO**

| CANDIDATO          | POSIÇÃO | CONVOCAÇÃO  |
|--------------------|---------|---|
| DAYANE NUNES RAMOS | 37º     | Aviso nº 045/2019-GED<br>(DOMP nº 1921 de 01/03/2019) |

**1.2 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE CORUMBÁ**  
**BACHAREL EM DIREITO - NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO**

| CANDIDATO                     | POSIÇÃO | CONVOCAÇÃO  |
|-------------------------------|---------|---|
| FRANCILENA SENNA DE PAZ PRADO | 3º      | Aviso nº 045/2019-GED<br>(DOMP nº 1921 de 01/03/2019) |

**1.3 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE DOURADOS**  
**NÍVEL GRADUAÇÃO - VESPERTINO**

| CANDIDATO                      | POSIÇÃO | CONVOCAÇÃO  |
|--------------------------------|---------|---|
| YASMIN CRISTHINE DINIZ SANTANA | 12º     | Aviso nº 045/2019-GED<br>(DOMP nº 1921 de 01/03/2019) |

**1.4 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE ITAQUIRAÍ**  
**DIREITO NÍVEL GRADUAÇÃO**

| CANDIDATO             | POSIÇÃO | CONVOCAÇÃO  |
|-----------------------|---------|---|
| LAÍSSA SOARES DE LIMA | 1º      | Aviso nº 045/2019-GED<br>(DOMP nº 1921 de 01/03/2019) |

**1.5 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE TRÊS LAGOAS**  
**NÍVEL GRADUAÇÃO - VESPERTINO**

| CANDIDATO              | POSIÇÃO | CONVOCAÇÃO  |
|------------------------|---------|---|
| FERNANDO MATTIA FARIAS | 13º     | Aviso nº 045/2019-GED<br>(DOMP nº 1921 de 01/03/2019) |

Campo Grande, 12 de março de 2019.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA  
 Procurador de Justiça  
 Gestão de Estagiários de Direito

**AVISO Nº 048/2019-GED**

**XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Procurador de Justiça e Coordenador da Gestão de Estagiários de Direito, torna pública a relação dos candidatos que manifestaram opção de **DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA** da vaga de estagiário, renunciando à sua classificação original e sendo reposicionados em último lugar na fila dos aprovados, nos termos do item 8, X do Edital nº 001/2018 de 23.03.2018, publicado no DOMP nº 1700, de 26 de março de 2018.

**1.1 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE ÁGUA CLARA**  
**DIREITO NÍVEL GRADUAÇÃO**

| CANDIDATO                       | POSIÇÃO | CONVOCAÇÃO  |
|---------------------------------|---------|---|
| DIOGO LEANDRO QUEIROZ DE MORAES | 1º      | Aviso nº 045/2019-GED<br>(DOMP nº 1921 de 01/03/2019) |

**1.2 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE BATAGUASSU**  
**DIREITO NÍVEL GRADUAÇÃO**

| CANDIDATO                 | POSIÇÃO | CONVOCAÇÃO  |
|---------------------------|---------|---|
| EVERTON RAMOS DE OLIVEIRA | 5º      | Aviso nº 045/2019-GED<br>(DOMP nº 1921 de 01/03/2019) |

## 1.3 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE CAMPO GRANDE

## DIREITO NÍVEL GRADUAÇÃO

| CANDIDATO                       | POSIÇÃO | CONVOCAÇÃO  |
|---------------------------------|---------|---|
| WILLIAN SOUZA BECKER            | 90º     | Aviso nº 045/2019-GED<br>(DOMP nº 1921 de 01/03/2019) |
| DÉBORA CORREA MELO              | 92º     | Aviso nº 045/2019-GED<br>(DOMP nº 1921 de 01/03/2019) |
| LIVIA CRISTINA DOS ANJOS BARROS | 94º     | Aviso nº 045/2019-GED<br>(DOMP nº 1921 de 01/03/2019) |
| MARIANA DE MELO VIEIRA          | 97º     | Aviso nº 045/2019-GED<br>(DOMP nº 1921 de 01/03/2019) |

## 1.4 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE TRÊS LAGOAS

## DIREITO NÍVEL GRADUAÇÃO

| CANDIDATO           | POSIÇÃO | CONVOCAÇÃO  |
|---------------------|---------|---|
| ANDRESSA YURI OTUKA | 12º     | Aviso nº 045/2019-GED<br>(DOMP nº 1921 de 01/03/2019) |

Campo Grande, 12 de março de 2019.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA

Procurador de Justiça

Gestão de Estagiários de Direito

## AVISO Nº 049/2019-GED

## XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Procurador de Justiça e Coordenador da Gestão de Estagiários de Direito, declara a **DECADÊNCIA** do direito de ser empossado dos candidatos aprovados no XXI Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul abaixo relacionados, vez que tais candidatos não apresentaram a documentação necessária ao credenciamento nos prazos indicados nos Avisos correspondentes.

## 1.1 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE CAMPO GRANDE

## DIREITO NÍVEL GRADUAÇÃO - VESPERTINO

| CANDIDATO                   | POSIÇÃO | CONVOCAÇÃO  |
|-----------------------------|---------|---|
| ANA LETICIA BARROS MONTEIRO | 95º     | Aviso nº 045/2019-GED<br>(DOMP nº 1921 de 01/03/2019) |

## 1.2 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE RIBAS DO RIO PARDO

## DIREITO NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

| CANDIDATO              | POSIÇÃO | CONVOCAÇÃO  |
|------------------------|---------|---|
| WESLEY DE SOUZA MENDES | 5º      | Aviso nº 045/2019-GED<br>(DOMP nº 1921 de 01/03/2019) |

## 1.3 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE TRÊS LAGOAS

## DIREITO NÍVEL GRADUAÇÃO - VESPERTINO

| CANDIDATO                      | POSIÇÃO | CONVOCAÇÃO  |
|--------------------------------|---------|---|
| THOMAS JORGE BARBAROTTO LOVATO | 10º     | Aviso nº 045/2019-GED<br>(DOMP nº 1921 de 01/03/2019) |

Campo Grande, 12 de março de 2019.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA

Procurador de Justiça

Gestão de Estagiários de Direito



## SECRETARIA-GERAL

**ORDEM DE SERVIÇO Nº 003/2019-SEG/MPMS, DE 11 DE MARÇO DE 2019**

*Institui o Regimento Interno da Comissão Temporária de Acessibilidade.*

A SECRETÁRIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Anexo Único da Resolução nº 006/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012, combinado com a alínea “e” do art. 1º da Resolução nº 02/2001-PGJ, de 16 de março de 2001,

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar o Regimento Interno da Comissão Temporária de Acessibilidade do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul,

RESOLVE:

**CAPÍTULO I**  
**DA NATUREZA E DA FINALIDADE**

Art. 1º A Comissão Temporária de Acessibilidade (CTA) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS) tem por finalidade:

I – elaborar e seguir, e quando necessário revisar e atualizar, conjunto de procedimentos referentes à promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, por meio da supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos do MPMS, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação, mediante sugestão à Administração Superior;

II – promover e acompanhar o planejamento institucional de obras e reformas nas edificações do MPMS, para fins de adequação às normas de acessibilidade, no tocante ao atendimento à Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência), e à NBR 9.050/2015, de 11 de setembro de 2015 (acessibilidade a edificações, mobiliário, espaço e equipamentos urbanos);

III – elaborar e seguir conjunto de propostas de acessibilidade, a serem adotadas em todos os edifícios do MPMS;

IV – apreciar processos que tratam de acessibilidade e sobre eles deliberar, visando a subsidiar a decisão da Administração Superior;

V – promover a orientação dos servidores e membros do MPMS, por meio de campanhas e outras formas de divulgação, no sentido de informá-los, sensibilizá-los e capacitá-los em relação à acessibilidade, favorecendo o atendimento à sociedade como um todo e em especial àqueles com deficiência ou mobilidade reduzida.

**CAPÍTULO II**  
**DA COMPOSIÇÃO**

Art. 2º A CTA será composta por no máximo 7 (sete) membros, designados pelo Procurador-Geral de Justiça.

§ 1º O Presidente da Comissão e seu substituto serão escolhidos pelo Procurador-Geral de Justiça.

§ 2º O Secretário da Comissão será escolhido dentre os membros pelo Presidente da Comissão.

Art. 3º A investidura dos membros da CTA não excederá a 2 (dois) anos, permitida a recondução, preferencialmente, de apenas parte de seus membros no período subsequente.

Parágrafo único. Durante o mandato, o membro poderá ser substituído a pedido do próprio interessado ou por força do art. 4º deste Regimento.

Art. 4º A ausência injustificada de qualquer membro da CTA, por 3 (três) reuniões sucessivas, ou 4 (quatro) alternadas, no período de 1 (um) ano, bem como a reiterada prática de conduta desidiosa e/ou desrespeitosa ensejarão sua substituição, mediante pedido do Presidente ao Secretário-Geral.

Parágrafo único. A justificativa de ausência do membro nas reuniões ou execução dos trabalhos da Comissão deverá ser encaminhada por escrito, via *e-mail*, ao Presidente da Comissão, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

### CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

Art. 5º A CTA funcionará na sede da Procuradoria-Geral de Justiça ou, quando não possível seu funcionamento nesta, em outro prédio do MPMS.

Art. 6º As deliberações da CTA serão feitas em suas reuniões e formalizadas em atas a serem disponibilizadas na rede do servidor, na pasta “CTA”.

Art. 7º A CTA reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês ou extraordinariamente a qualquer tempo, de acordo com o art. 12 deste Regimento.

Art. 8º Os membros desenvolverão as atividades da CTA de acordo com o Plano de Acessibilidade, seguindo o cronograma estabelecido pelo Presidente e comprovando a sua execução mediante a apresentação de relatório mensal.

### CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES DOS INTEGRANTES

#### Seção I Atribuições do Presidente

Art. 9º Ao Presidente da CTA incumbe dirigir, coordenar e supervisionar as atividades da Comissão, especificamente:

- I – convocar, coordenar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias da Comissão, ou designar quem o faça;
- II – consolidar a pauta das reuniões;
- III – representar a CTA junto aos órgãos da Administração Superior do MPMS;
- IV – delegar atribuições aos demais membros;
- V – convidar, por indicação dos membros da CTA, autoridades ou técnicos a comparecerem às reuniões, para ofertarem esclarecimentos ou subsídios, sem direito a participação nas deliberações;
- VI – fazer cumprir este Regimento;
- VII – decidir sobre questões omissas neste Regimento;
- VIII – designar membro para compor a secretaria da Comissão;
- IX – elaborar e apresentar ao Secretário-Geral, mensalmente, relatório das atividades da Comissão;
- X – dar encaminhamento às deliberações da Comissão; e
- XI – solicitar, junto à autoridade competente, a dotação orçamentária para cobertura das despesas referentes a passagens, diárias e cursos de atualização e capacitação.

#### Seção II Atribuições do Secretário

Art. 10º Ao Secretário da CTA incumbe:

- I – preparar e participar das reuniões da Comissão;
- II – fazer a gestão de documentos da Comissão;
- III – ser responsável pela guarda dos documentos e processo físicos.

#### Seção III Atribuições dos membros

Art. 11º Aos membros da CTA incumbe:

- I – participar das reuniões, discutir e deliberar sobre os assuntos constantes da pauta;
- II – cumprir os objetivos e as atribuições da Comissão;
- III – participar, conforme deliberação em reunião, de grupo de trabalho;
- IV – participar das atividades da Comissão, mantendo a presidência informada sobre assuntos que possam potencializar seus resultados;
- V – zelar pela implantação e divulgação das ações deliberadas pela Comissão;

VI – encaminhar, com antecedência, sugestões de pauta ao Secretário da Comissão;

VII – propor à Comissão, sempre que necessário, o aperfeiçoamento da normatização das atividades desenvolvidas.

## CAPÍTULO VI DAS REUNIÕES

Art. 12º A Comissão reunir-se-á:

I – ordinariamente, uma vez por mês, conforme calendário previamente definido pelo seu Presidente; e

II – extraordinariamente, a qualquer tempo, por convocação do Presidente ou por solicitação de qualquer um dos membros da Comissão, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 1º Da convocação extraordinária constará a pauta dos assuntos a serem tratados.

§ 2º Qualquer matéria urgente ou de alta relevância poderá, a critério do Presidente, ser colocada em discussão ainda que não conste da pauta de convocação.

§ 3º Ao Presidente caberá decidir nas hipóteses em que não for alcançado o consenso, cabendo-lhe o voto de desempate.

§ 4º A Comissão deliberará por maioria simples dos membros presentes.

§ 5º As deliberações da Comissão, quando necessário, serão encaminhadas para aprovação ao Secretário-Geral, o qual poderá, a qualquer tempo, revê-las.

§ 6º O membro que não puder comparecer a uma reunião deverá comunicar ao Presidente, na forma do parágrafo único do art. 4º, sob pena de ser considerado faltoso.

§ 7º O membro proponente da reunião extraordinária deverá apresentar ao Presidente, para conhecimento e aprovação, os assuntos de pauta propostos.

§ 8º O Secretário da Comissão, após deliberação da presidência, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, deverá encaminhar a proposta de reunião extraordinária e os itens da pauta aos demais membros.

Art. 13º As reuniões serão realizadas preferencialmente no prédio da Procuradoria-Geral de Justiça, em local a ser previamente definido.

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14º O prazo para que os trabalhos da Comissão sejam concluídos é de 1 (um) ano a contar da publicação desta Ordem de Serviço, admitindo-se sua prorrogação por igual período mediante interposição de justificativa.

Art. 15º As convocações deverão ser acompanhadas de pauta de reunião e, quando for o caso, de documentos ou relatórios que possibilitem o entendimento do tema a ser abordado.

Campo Grande, 11 de março de 2019.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA  
Promotora de Justiça  
Secretária-Geral do MPMS

## COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS

### EDITAL Nº 10/2019

#### EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos do Ministério Público, designada pela Portaria nº 2215/2018, de 29.06.2018, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público nº 1765, de 02.07.2018, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 10/2019, referente aos documentos do CAO das Promotorias de Justiça Cíveis, do Consumidor e do Idoso encaminhados para eliminação, através do memorando 001/2019-CAOCCI, nos termos do disposto do art. 11, inciso II, Parágrafo único da Resolução nº025-2018-PGJ, de 07 de fevereiro de 2018.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstre legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Documentos ([cpad@mpms.mp.br](mailto:cpad@mpms.mp.br)), até o dia 18.03.2019.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Campo Grande, 13.03.2019

#### **LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 10/2019**

| PROVENIÊNCIA – (órgão Produtor)   | PROCEDÊNCIA – (Órgão Responsável pelo arquivamento)   |                |                |
|---|---|----------------|----------------|
| Órgão / Setor- CAOCCI   | Órgão / Setor- CAOCCI   |                |                |
| TIPO DOCUMENTAL   | JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES   | ANO INICIAL    | ANO FINAL      |
| NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL   |   |                |                |
| Classe e Subclasse:<br>000.002-Correspondências expedidas;<br>000.003-Correspondências recebidas;<br>000.005-Requisições de Material de Consumo;<br>000.008-Relatórios de Atividades -Mensal;<br>000.011-Certidões Expedidas; | Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 07.11.2018, os referidos documento já cumpriram seu prazo de guarda.<br>Lista de Eliminação de Documentos nº 10/2019 | Exercício 2012 | Exercício 2015 |
| <b>RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:</b><br>Adriana Cristina D. Gomes Spagnol<br>Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos   |   |                |                |

### EDITAL Nº 11/2019

#### EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos do Ministério Público, designada pela Portaria nº 2215/2018, de 29.06.2018, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público nº 1765, de 02.07.2018, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 11/2019, referente aos documentos do Setor de Contratos-SEAD encaminhados para eliminação, através dos memorandos 048 e 052/2019/SC/SEAD-PGJ, nos termos do disposto do art. 11, inciso II, Parágrafo único da Resolução nº025-2018-PGJ, de 07 de fevereiro de 2018.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstre legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Documentos ([cpad@mpms.mp.br](mailto:cpad@mpms.mp.br)), até o dia 18.03.2019.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Campo Grande, 13.03.2019

**LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 11/2019**

| <b>PROVENIÊNCIA – (órgão Produtor)</b>  |   | <b>PROCEDÊNCIA – (Órgão Responsável pelo arquivamento)</b> |                  |
|---|---|--|------------------|
| <b>Órgão / Setor- Setor de Contratos-SEAD</b>   |   | <b>Órgão / Setor- Setor de Contratos-SEAD</b>              |                  |
| <b>TIPO DOCUMENTAL</b>  | <b>JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES</b>  | <b>ANO INICIAL</b>   | <b>ANO FINAL</b> |
| <b>NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL</b>  |   |  |                  |
| Classe e Subclasse:<br>Autos de Acompanhamento de Contrato.   | Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 07.11.2018, os referidos documento já cumpriram seu prazo de guarda.<br>Lista de Eliminação de Documentos nº 11/2019 | Exercício 2006   | Exercício 2015   |
| <b>RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:</b><br>Adriana Cristina D. Gomes Spagnol<br>Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos |   |  |                  |

**EDITAL Nº 12/2019****EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

A Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos do Ministério Público, designada pela Portaria nº 2215/2018, de 29.06.2018, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público nº 1765, de 02.07.2018, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 12/2019, referente aos documentos Divisão de Transporte-SEAD encaminhados para eliminação, através do Formulário de Recolhimento de Documentos para Eliminação, nos termos do disposto do art. 11, inciso II, Parágrafo único da Resolução nº025-2018-PGJ, de 07 de fevereiro de 2018.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstre legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Documentos ([cpad@mpms.mp.br](mailto:cpad@mpms.mp.br)), até o dia 18.03.2019.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Campo Grande, 13.03.2019

**LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 12/2019**

| <b>PROVENIÊNCIA – (órgão Produtor)</b>   |   | <b>PROCEDÊNCIA – (Órgão Responsável pelo arquivamento)</b> |                  |
|--|---|--|------------------|
| <b>Órgão / Setor- Divisão de Transporte-SEAD</b>   |   | <b>Órgão / Setor- Divisão de Transporte-SEAD</b>           |                  |
| <b>TIPO DOCUMENTAL</b>   | <b>JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES</b>  | <b>ANO INICIAL</b>   | <b>ANO FINAL</b> |
| <b>NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL</b>   |   |  |                  |
| Classe e Subclasse:<br>00.001-Controle de processos;<br>000.002-Memorando expedidos;<br>000.003-Memorandos, Ofícios recebidos;<br>000.009-Requisição de Diárias;<br>00.010-Relatórios de Viagem;<br>000.119-Controle de Circulação de veículo; | Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 07.11.2018, os referidos documento já cumpriram seu prazo de guarda.<br>Lista de Eliminação de Documentos nº 12/2019 | Exercício 2014   | Exercício 2017   |
| <b>RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:</b><br>Adriana Cristina D. Gomes Spagnol<br>Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos  |   |  |                  |

**EDITAL Nº 13/2019****EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

A Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos do Ministério Público, designada pela Portaria nº 2215/2018, de 29.06.2018, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público nº 1765, de 02.07.2018, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 13/2019, referente aos documentos do Departamento de Apoio Administrativo-SEGAB-PGJ encaminhados para eliminação, através dos memorando 36 e 39/2019/SEGAB-PGJ para Eliminação, nos termos do disposto do art. 11, inciso II, Parágrafo único da Resolução nº025-2018-PGJ, de 07 de fevereiro de 2018.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstre legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Documentos ([cpad@mpms.mp.br](mailto:cpad@mpms.mp.br)), até o dia 18.03.2019.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Campo Grande, 13.03.2019

**LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 13/2019**

| PROVENIÊNCIA – (órgão Produtor)   |   | PROCEDÊNCIA – (Órgão Responsável pelo arquivamento)           |                |
|---|---|---|----------------|
| Órgão / Setor- Departamento de Apoio Administrativo-SEGAB-PGJ   |   | Órgão / Setor- Departamento de Apoio Administrativo-SEGAB-PGJ |                |
| TIPO DOCUMENTAL   | JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES   | ANO INICIAL   | ANO FINAL      |
| NOME/CONTEÚDO INFORMATIVO   |   |   |                |
| Classe e Subclasse:<br>000.002-Correspondências Expedidas;<br>000.003-Correspondências recebidas;   | Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 07.11.2018, os referidos documento já cumpriram seu prazo de guarda.<br>Lista de Eliminação de Documentos nº 13/2019 | Exercício 2008  | Exercício 2010 |
| <b>RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:</b><br>Adriana Cristina D. Gomes Spagnol<br>Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos |   |   |                |

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 93/PGJ/2018.**

Processo nº PGJ/10/2716/2018.

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**;
- 2- **COMERCIAL S.B.S. EIRELI - EPP**, representada por **Maria Aparecida Barbosa de Souza**.

Procedimento Licitatório: Pregão Presencial nº 37/PGJ/2018.

Amparo legal: Artigo 65, inciso I, alínea “b” e § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: **Acréscimo** do valor de R\$ 3.253,59 (três mil, duzentos e cinquenta e três reais e cinquenta e nove centavos), correspondente ao aumento de 1 (uma) vaga para a função de Encarregado de Obra, prevista na Cláusula Primeira, do Contrato nº 93/PGJ/2018, com a consequente alteração do Anexo I – Quadro de Empregados, do Anexo VI – Proposta Detalhe e dos itens 1.3., da Cláusula Primeira, e 6.1., da Cláusula Sexta. Dessa maneira, o valor mensal da contratação passa a ser de R\$ 142.653,59 (cento e quarenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e nove centavos), perfazendo o valor contratual anual total de R\$ 1.698.828,72 (um milhão, seiscentos e noventa e oito mil, oitocentos e vinte e oito reais e setenta e dois centavos).

Valor mensal da contratação: R\$ 142.653,59 (cento e quarenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e nove centavos).

Vigência: 11.03.2019 a 20.11.2019.

Data de assinatura: 11 de março de 2019.

**RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Processo PGJ/10/4641/2018.

Credor: Copacabana Saneamento e Tratamento de Água Eireli-ME.

Amparo legal: Inciso V, Art. 24, da Lei nº 8.666/93.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa – Promotora de Justiça e Secretária-Geral Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais) nos termos da Nota de Empenho 2019NE000983, de 11.03.2019.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza, higienização e desinfecção dos reservatórios enterrados e elevados e da rede predial de distribuição; de manutenção preventiva e corretiva dos componentes do sistema de bombeamento de água; e de tratamento, controle e monitoração de qualidade da água, referente às instalações prediais de água fria e ao sistema de captação e aproveitamento de água pluvial dos prédios da Promotoria de Justiça de Aparecida do Taboado/MS.

Justificativa: Em razão de não acudirem interessados, a Licitação restou deserta.

Ratifica: Humberto de Matos Brittes, Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico.

Campo Grande-MS, 11 de março de 2019.

**RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Processo PGJ/10/4641/2018.

Credor: Copacabana Saneamento e Tratamento de Água Eireli-ME.

Amparo legal: Inciso V, Art. 24, da Lei nº 8.666/93.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa – Promotora de Justiça e Secretária-Geral Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais) nos termos da Nota de Empenho 2019NE000981, de 11.03.2019.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza, higienização e desinfecção dos reservatórios enterrados e elevados e da rede predial de distribuição; de manutenção preventiva e corretiva dos componentes do sistema de bombeamento de água; e de tratamento, controle e monitoração de qualidade da água, referente às instalações prediais de água fria e ao sistema de captação e aproveitamento de água pluvial dos prédios da Promotoria de Justiça de Naviraí/MS.

Justificativa: Em razão de não acudirem interessados, a Licitação restou deserta.

Ratifica: Humberto de Matos Brittes, Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico.

Campo Grande-MS, 11 de março de 2019.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/PGJ/2018 – PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 1.858, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2018 (PÁGINA 29 A 34) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/PGJ/2018-SRP**

**DO OBJETO:** Registro de Preços unitários para eventual aquisição de materiais de expediente (agendas, canetas, etiquetas, envelopes, etc.), conforme especificações constantes a seguir:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS  | UNID.   | PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL) | PREÇO UNITÁRIO (R\$) |
|------|---|---------|-----------------------------|----------------------|
| 1    | Agenda diária para o ano corrente, capa de papelão de no mínimo 705g/m², revestida de material sintético, folhas internas em papel de no mínimo 63g/m², com impressão em off set, medindo aproximadamente 15,00cm x 20,00cm (admitindo-se variação de 2cm para mais ou para menos). Marcas de referência: Tilibra, Foroni, São Domingos e Frama.<br>Marca: TILIBRA.<br>Fornecedora: <b>LUCELENE BARBOSA NUNES ASSIS-ME.</b> | Unidade | 100                         | 12,00                |

|    |  |         |       |       |
|----|--|---------|-------|-------|
| 2  | Agenda para telefone, fax, endereços e nomes, 2 (duas) ou mais folhas para cada letra, folhas internas de no mínimo 75g/m2, capa em papelão plastificado, medindo aproximadamente 23,0x 15,5cm (admitindo-se variação de 3cm para mais ou para menos). Marcas de referência: Tilibra, Foroni e São Domingos.<br>Marca: TILIBRA<br>Fornecedora: <b>LUCELENE BARBOSA NUNES ASSIS-ME.</b> | Unidade | 55    | 7,90  |
| 3  | Alfinete para mapa, nº 01, cabeça de polietileno, cores variadas (verde, vermelha, azul e amarela), ponta em aço niquelado, caixa com 50 peças de uma única cor. Marcas de referência: Bacchi, ACC, Adeck e Eagle.<br>Marca: BACCHI.<br>Fornecedora: <b>COMERCIAL K &amp; D LTDA-EPP.</b>  | Caixa   | 50    | 3,00  |
| 4  | Bandeja dupla em acrílico, fumê, medindo aproximadamente 25cm de largura x 37cm de comprimento x 10cm de altura (admitindo-se variação de 3cm para mais ou para menos). Marcas de referência: Waleu, Acrinil e Acrimet.<br>Marca: WALEU.<br>Fornecedora: <b>COMERCIAL K &amp; D LTDA-EPP.</b>  | Unidade | 150   | 25,90 |
| 5  | Bandeja simples em acrílico, fumê, medindo aproximadamente 25cm de largura x 37cm de comprimento x 4cm de altura (admitindo-se variação de 3cm para mais ou para menos). Marcas de referência: Waleu, Acrinil e Acrimet.<br>Marca: WALEU.<br>Fornecedora: <b>COMERCIAL K &amp; D LTDA-EPP.</b>   | Unidade | 300   | 12,60 |
| 6  | Bandeja tripla em acrílico, fumê, medindo aproximadamente 25cm de largura x 37cm de comprimento x 16cm de altura (admitindo-se variação de 3cm para mais ou para menos). Marcas de referência: Waleu, Acrinil e Acrimet.<br>Marca: WALEU.<br>Fornecedora: <b>COMERCIAL K &amp; D LTDA-EPP.</b>   | Unidade | 150   | 37,90 |
| 7  | Barbante, 100% algodão cru, nº 08, com fio trançado, rolo com no mínimo 250 gramas.<br>Marca: PIRATININGA.<br>Fornecedora: <b>MARCIA CRISTINA MACIEL DA SILVA-ME.</b>  | Rolo    | 200   | 4,48  |
| 8  | Bobina de papel pardo, kraft natural, rolo com 60cm de largura, pesando entre 10 e 12kg.<br>Marca: SAFRA.<br>Fornecedora: <b>MARCIA CRISTINA MACIEL DA SILVA-ME.</b>   | Unidade | 50    | 57,80 |
| 9  | Borracha branca para lápis, aplicável sobre diversos tipos de superfície, medidas mínimas: 3,0 x 2,0 x 0,8cm. Marcas de referência: Mercur, Faber Castell e Tilibra.<br>Marca: MERCUR.<br>Fornecedora: <b>COMERCIAL K &amp; D LTDA-EPP.</b>  | Unidade | 1.000 | 0,27  |
| 10 | Caderno brochura, capa em papelão (capa dura), folhas internas de papel branco, formato de aproximadamente 14,8cm x 21cm (admitindo-se variação de 2cm para mais ou para menos), com no mínimo 96 folhas. Marcas de referência: São Domingos, Tilibra e Foroni.<br>Marca: FORONI.<br>Fornecedora: <b>MARCIA CRISTINA MACIEL DA SILVA-ME.</b>   | Unidade | 50    | 2,94  |
| 11 | Caderno de protocolo de correspondência, com capa em papelão (capa dura), folhas internas de papel branco, numeradas, com no mínimo, 100 folhas, formato de aproximadamente 154mm x 226mm (admitindo-se variação de 20mm para mais ou para menos). Marcas de referência: São Domingos, Tilibra e Foroni.<br>Marca: TILIBRA.<br>Fornecedora: <b>LUCELENE BARBOSA NUNES ASSIS-ME.</b>    | Unidade | 800   | 6,50  |
| 12 | Caixa arquivo permanente, desmontável, em material plástico, tipo poliondas, na cor vermelha, medindo 36,5 x 25,0 x 13,0cm (admitindo-se variação de 2cm para  | Unidade | 4.000 | 2,60  |



|    |  |         |       |       |
|----|--|---------|-------|-------|
|    | mais ou para menos), com campo impresso para ano/mês/setor/validade e conteúdo, furo nas duas laterais e na tampa. Marcas de referência: Polibrás e Polycart.<br>Marca: POLIBRÁS.<br>Fornecedora: <b>COMERCIAL K &amp; D LTDA-EPP.</b>   |         |       |       |
| 13 | Caneta esferográfica, cor azul, escrita no máximo até 1mm, uniforme, esfera de tungstênio ou em aço inox, corpo em material plástico transparente, sextavado ou redondo, tampa ventilada ou rosqueável na mesma cor da tinta. Caixa com 50 unidades. Indústria brasileira. Marcas de referência: Bic, Faber Castell e Pilot.<br>Marca: BIC.<br>Fornecedora: <b>MARCIA CRISTINA MACIEL DA SILVA-ME.</b>     | Caixa   | 1.000 | 24,50 |
| 14 | Caneta esferográfica, cor preta, escrita no máximo até 1mm, uniforme, esfera de tungstênio ou em aço inox, corpo em material plástico transparente, sextavado ou redondo, tampa ventilada ou rosqueável na mesma cor da tinta. Caixa com 50 unidades. Indústria brasileira. Marcas de referência: Bic, Faber Castell e Pilot.<br>Marca: BIC.<br>Fornecedora: <b>MARCIA CRISTINA MACIEL DA SILVA-ME.</b>    | Caixa   | 500   | 24,50 |
| 15 | Caneta esferográfica, cor vermelha, escrita no máximo até 1mm, uniforme, esfera de tungstênio ou em aço inox, corpo em material plástico transparente, sextavado ou redondo, tampa ventilada ou rosqueável na mesma cor da tinta. Caixa com 50 unidades. Indústria brasileira. Marcas de referência: Bic, Faber Castell e Pilot.<br>Marca: BIC.<br>Fornecedora: <b>MARCIA CRISTINA MACIEL DA SILVA-ME.</b> | Caixa   | 200   | 24,50 |
| 16 | Caneta marca texto fluorescente, cor amarelo, ponta chanfrada, para traço de 4mm, tampa na mesma cor da tinta. Marcas de referência: Acrilex, Bic, Faber Castell e Maxprint.<br>Marca: MAXPRINT.<br>Fornecedora: <b>MARCIA CRISTINA MACIEL DA SILVA-ME.</b>  | Unidade | 5.000 | 1,04  |
| 17 | Caneta marca texto fluorescente, cor azul, ponta chanfrada, para traço de 4mm, tampa na mesma cor da tinta. Marcas de referência: Acrilex, Bic, Faber Castell e Maxprint.<br>Marca: BIC.<br>Fornecedora: <b>I.A. CAMPAGNA JUNIOR &amp; CIA LTDA-EPP.</b>   | Unidade | 1.000 | 1,26  |
| 18 | Caneta marca texto fluorescente, cor laranja, ponta chanfrada, para traço de 4mm, tampa na mesma cor da tinta. Marcas de referência: Acrilex, Bic, Faber Castell e Maxprint.<br>Marca: _ MAXPRINT.<br>Fornecedora: <b>MARCIA CRISTINA MACIEL DA SILVA-ME.</b>  | Unidade | 1.000 | 1,04  |
| 19 | Caneta marca texto fluorescente, cor rosa, ponta chanfrada, para traço de 4mm, tampa na mesma cor da tinta. Marcas de referência: Acrilex, Bic, Faber Castell e Maxprint.<br>Marca: MAXPRINT.<br>Fornecedora: <b>MARCIA CRISTINA MACIEL DA SILVA-ME.</b>   | Unidade | 1.000 | 1,04  |
| 20 | Caneta marca texto fluorescente, cor verde, ponta chanfrada, para traço de 4mm, tampa na mesma cor da tinta. Marcas de referência: Acrilex, Bic, Faber Castell e Maxprint.<br>Marca: MAXPRINT.<br>Fornecedora: <b>MARCIA CRISTINA MACIEL DA SILVA-ME.</b>  | Unidade | 1.000 | 1,04  |
| 21 | Caneta marcador para quadro branco, com tampa, corpo confeccionado em resina termoplástica, composto de tinta à base de pigmentos orgânicos e solventes, cores variadas (azul, verde, vermelho e preta). Marcas de referência: Pilot, Bic e Faber Castell.<br>Marca: BIC.  | Unidade | 1.000 | 1,95  |

|           |  |           |       |       |
|-----------|--|-----------|-------|-------|
|           | Fornecedora: <b>MARCIA CRISTINA MACIEL DA SILVA-ME.</b>  |           |       |       |
| <b>22</b> | Caneta para retroprojektor, cor azul, com tampa, para utilização em transparências, filmes, slides, ponta de poliéster. Marcas de referência: Acrilex, Bic, Faber Castell e Pilot.<br>Marca: FABER CASTELL.<br>Fornecedora: <b>LUCELENE BARBOSA NUNES ASSIS-ME.</b>  | Unidade   | 200   | 3,15  |
| <b>23</b> | Caneta para retroprojektor, cor vermelha, com tampa, para utilização em transparências, filmes, slides, ponta de poliéster. Marcas de referência: Acrilex, Bic, Faber Castell e Pilot.<br>Marca: FABER CASTELL.<br>Fornecedora: <b>LUCELENE BARBOSA NUNES ASSIS-ME.</b>  | Unidade   | 200   | 3,15  |
| <b>24</b> | Capa para encadernação transparente, em PVC, medindo 216 x 300mm.<br>Marca: POLIBRÁS.<br>Fornecedora: <b>COMERCIAL K &amp; D LTDA-EPP.</b>   | Unidade   | 3.000 | 0,23  |
| <b>25</b> | Capa para encadernação, cor vermelha, em PVC, medindo 216 x 300mm.<br>Marca: POLIBRÁS.<br>Fornecedora: <b>COMERCIAL K &amp; D LTDA-EPP.</b>  | Unidade   | 3.000 | 0,23  |
| <b>26</b> | Cesto para lixo, cor preta, confeccionado em fibra, bordas metálicas, lavável, sem tampa, fundo do cesto revestido em metal. Medidas mínimas: 30x30cm (diâmetro x altura).<br>Marca: PAROLI.<br>Fornecedora: <b>I.A. CAMPAGNA JUNIOR &amp; CIA LTDA-EPP.</b>   | Unidade   | 500   | 25,40 |
| <b>27</b> | Clipes de aço niquelado, tamanho nº 8/0, fabricado com arame de aço niquelado com tratamento antiferrugem, embalagem com 500g. Marcas de referência: ACC, Chaparrau e Bacchi.<br>Marca: CHAPARRAU.<br>Fornecedora: <b>LUCELENE BARBOSA NUNES ASSIS-ME.</b>   | Embalagem | 500   | 8,80  |
| <b>28</b> | Clipes de aço niquelado, tamanho nº 1/0, fabricado com arame de aço niquelado com tratamento antiferrugem, embalagem com 500g. Marcas de referência: ACC, Chaparrau e Bacchi.<br>Marca: CHAPARRAU.<br>Fornecedora: <b>LUCELENE BARBOSA NUNES ASSIS-ME.</b>   | Embalagem | 250   | 8,80  |
| <b>29</b> | Clipes de aço niquelado, tamanho nº 2/0, fabricado com arame de aço niquelado com tratamento antiferrugem, embalagem com 500g. Marcas de referência: ACC, Chaparrau e Bacchi.<br>Marca: CHAPARRAU.<br>Fornecedora: <b>LUCELENE BARBOSA NUNES ASSIS-ME.</b>   | Embalagem | 400   | 8,80  |
| <b>30</b> | Clipes de aço niquelado, tamanho nº 4/0, fabricado com arame de aço niquelado com tratamento antiferrugem, embalagem com 500g. Marcas de referência: ACC, Chaparrau e Bacchi.<br>Marca: CHAPARRAU.<br>Fornecedora: <b>LUCELENE BARBOSA NUNES ASSIS-ME.</b>   | Embalagem | 300   | 8,80  |
| <b>31</b> | Cola branca, líquida, lavável e não tóxica, secagem rápida, composição básica: acetato de polivinila; frasco com 35 gramas no mínimo. Marcas de referência: Scotch, Bic, Tenaz e Faber Castell.<br>Marca: BIC<br>Fornecedora: <b>I.A. CAMPAGNA JUNIOR &amp; CIA LTDA-EPP.</b>  | Unidade   | 1.500 | 0,75  |
| <b>32</b> | Cola em bastão, lavável e não tóxica, composta de produtos à base de polímeros e glicerina ou éter de polylocosídeos; uso em papéis, fotografias e tecidos; tubo com no mínimo 9g. Marcas de referência: Acrilex, Bic, Scotch e Pritt.<br>Marca: ACRILEX.<br>Fornecedora: <b>MARCIA CRISTINA MACIEL DA SILVA-ME.</b> | Unidade   | 2.000 | 1,90  |

|    |  |           |       |                 |
|----|--|-----------|-------|-----------------|
| 33 | Colchete latonado nº 07, fabricado em chapa de aço, embalagem com 72 peças.<br>Marcas de referência: ACC, Bacchi e Gasfer.<br>Marca: ACC.<br>Fornecedora: <b>MARCIA CRISTINA MACIEL DA SILVA-ME.</b>   | Embalagem | 1.000 | 3,30            |
| 34 | Colchete latonado nº 10, fabricado em chapa de aço, embalagem com 72 peças.<br>Marcas de referência: ACC, Bacchi ou Gasfer.<br>Marca: BACCHI.<br>Fornecedora: <b>I.A. CAMPAGNA JUNIOR &amp; CIA LTDA-EPP.</b>  | Embalagem | 1.000 | 4,50            |
| 35 | Colchete latonado nº 12, fabricado em chapa de aço, embalagem com 72 peças.<br>Marcas de referência: ACC, Bacchi ou Gasfer.<br>Marca: BACCHI.<br>Fornecedora: <b>I.A. CAMPAGNA JUNIOR &amp; CIA LTDA-EPP.</b>  | Embalagem | 1.000 | 6,45            |
| 36 | Colchete latonado nº 15, fabricado em chapa de aço, embalagem com 72 peças.<br>Marcas de referência: ACC, Bacchi ou Gasfer.<br>Marca: BACCHI.<br>Fornecedora: <b>I.A. CAMPAGNA JUNIOR &amp; CIA LTDA-EPP.</b>  | Embalagem | 500   | 9,35            |
| 37 | Corretivo líquido à base de água e pigmentos brancos, não tóxico, composição básica: resina, água, plastificantes e pigmentos não tóxicos; frasco com, no mínimo, 18ml. Marcas de referência: Bic, Faber Castell e Acrilex.<br>Marca: BIC.<br>Fornecedora: <b>I.A. CAMPAGNA JUNIOR &amp; CIA LTDA-EPP.</b> | Unidade   | 600   | 1,20            |
| 38 | Crachá de plástico transparente, com cordão de silicone transparente flexível soldado. Medidas aproximadas do crachá: 14cm de altura x 8,5 cm de largura (admitindo-se variação de 2 cm para mais ou para menos).<br>Marca: DAC.<br>Fornecedora: <b>MARCIA CRISTINA MACIEL DA SILVA-ME.</b>                | Unidade   | 500   | 0,95            |
| 39 | Elástico de borracha natural, látex puro, 3mm de espessura no mínimo, caixa com 25g. Marcas de referência: Mamuth, Mercur, Goodie e Red Bor.<br>Marca: MAMUTH.<br>Fornecedora: <b>COMERCIAL K &amp; D LTDA-EPP.</b>  | Caixa     | 700   | 0,60            |
| 40 | Envelope saco, papel kraft ouro nº 28, medindo 200 x 280mm, com no mínimo 80g/m². Caixa com 500 envelopes. Marcas de referência: Ipecol, Celucat, Scity e Foroni.<br>Marca: _____  | Caixa     | 100   | Não registrado  |
| 41 | Envelope saco, papel kraft ouro nº 34, medindo 340 x 240mm, com no mínimo 80g/m². Caixa com 500 envelopes. Marcas de referência: Ipecol, Celucat, Scity e Foroni.<br>Marca: FORONI.<br>Fornecedora: <b>I.A. CAMPAGNA JUNIOR &amp; CIA LTDA-EPP.</b>  | Caixa     | 500   | 61,58           |
| 42 | Espiral plástico, 12mm, cor preta, medindo 34cm de comprimento no mínimo, pacote com 100 peças.<br>Marca: LASSANE.<br>Fornecedora: <b>I.A. CAMPAGNA JUNIOR &amp; CIA LTDA-EPP.</b>   | Pacote    | 100   | 14,30           |
| 43 | Espiral plástico, 17mm, cor preta, medindo 34cm de comprimento no mínimo, pacote com 100 peças.<br>Marca: USA FOLIEN.<br>Fornecedora: <b>MARCIA CRISTINA MACIEL DA SILVA-ME.</b>   | Pacote    | 100   | 17,30           |
| 44 | Espiral plástico, 29mm, cor preta, medindo 34cm de comprimento no mínimo, pacote com 100 peças.<br>Marca: _____  | Unidade   | 1.000 | Não registrado. |
| 45 | Espiral plástico, 33mm, cor preta, medindo 34cm de comprimento no mínimo, pacote com 100 peças.<br>Marca: _____  | Unidade   | 1.000 | Não registrado  |

|    |   |           |       |                 |
|----|---|-----------|-------|-----------------|
| 46 | Espiral plástico, 50mm, cor preta, medindo 34cm de comprimento no mínimo, pacote com 100 peças.<br>Marca: _____   | Unidade   | 100   | Não registrado. |
| 47 | Etiqueta branca para cd ou dvd, auto adesiva, em papel glossy, para impressoras INK JET e LASER, com diâmetro de 115mm, com 2 etiquetas por folha, com 20 folhas por envelope. Validade mínima de 6 meses. Marcas de referência: Pimaco, Multilaser, Extralife e Sistem.<br>Marca: PIMACO<br>Fornecedora: <b>I.A. CAMPAGNA JUNIOR &amp; CIA LTDA-EPP.</b> | Envelope  | 1.000 | 10,50           |
| 48 | Etiqueta branca, auto adesiva, alta alvura, para impressoras INK JET e LASER tamanho 16,93mm x 44,45mm, com 10 folhas por envelope, 60 etiquetas por folha, envelope com 600 etiquetas. Validade mínima de 6 meses. Marcas de referência: Pimaco, Maxprint ou Hardcopy.<br>Marca: MAXPRINT.<br>Fornecedora: <b>MARCIA CRISTINA MACIEL DA SILVA-ME.</b>    | Envelope  | 200   | 8,90            |
| 49 | Etiqueta branca, auto adesiva, alta alvura, para impressoras INK JET e LASER tamanho 33,9mm x 101,6 mm, com 10 folhas por envelope, 14 etiquetas por folha, envelope com 140 etiquetas. Validade mínima de 6 meses. Marcas de referência: Pimaco, Maxprint ou Hardcopy.<br>Marca: MAXPRINT.<br>Fornecedora: <b>MARCIA CRISTINA MACIEL DA SILVA-ME.</b>    | Envelope  | 5.000 | 8,90            |
| 50 | Filme de polaseal, para plastificação de documentos, com espessura, no mínimo, de 0,07mm, medindo 80 x 110mm, embalagem com 100 unidades.<br>Marca: LASSANE.<br>Fornecedora: <b>MARCIA CRISTINA MACIEL DA SILVA-ME.</b>   | Embalagem | 15    | 16,50           |
| 51 | Envelope plástico, com bolha, revestido internamente, para correio, tamanho A5 - 14,8cm x 21cm (admitindo-se variação de 1cm para mais ou para menos), com lacre adesivo.<br>Marca: _____   | Unidade   | 1.000 | Não registrado. |
| 52 | Envelope plástico, com bolha, revestido internamente, para correio, tamanho A4 - 21cm x 29,7cm (admitindo-se variação de 1cm para mais ou para menos), com lacre adesivo.<br>Marca: _____   | Unidade   | 1.000 | Não registrado  |
| 53 | Envelope plástico, com bolha, revestido internamente, para correio, tamanho A3 - 42cm x 29,7cm (admitindo-se variação de 1cm para mais ou para menos), com lacre adesivo.<br>Marca: _____   | Unidade   | 1.000 | Não registrado  |
| 54 | Envelope plástico, sem bolha, revestido internamente, para correio, tamanho A4 - 21cm x 29,7cm (admitindo-se variação de 1cm para mais ou para menos), com lacre adesivo.<br>Marca: _____   | Unidade   | 1.000 | Não registrado  |
| 55 | Envelope plástico, sem bolha, revestido internamente, para correio, tamanho A3 - 42cm x 29,7cm (admitindo-se variação de 1cm para mais ou para menos), com lacre adesivo.<br>Marca: _____   | Unidade   | 1.000 | Não registrado  |
| 56 | Envelope plástico, sem bolha, revestido internamente, para correio, tamanho 40cm x 50cm (admitindo-se variação de 1cm para mais ou para menos), com lacre adesivo.<br>Marca: _____  | Unidade   | 1000  | Não registrado  |
| 57 | Envelope plástico, sem bolha, revestido internamente, para correio, tamanho 60cm x 100cm (admitindo-se variação de 1cm para mais ou para menos), com lacre adesivo.<br>Marca: _____   | Unidade   | 1.000 | Não registrado  |

|           |  |         |       |                |
|-----------|--|---------|-------|----------------|
| <b>58</b> | Filme Stretch, 25 micras, 500mm, rolo de 200 metros.<br>Marca: _____   | Rolo    | 500   | Não registrado |
| <b>59</b> | Envelope com lacre, tipo starlock, medindo 265mm de largura x 345mm de altura. Marcas de referência: FME smad, ELC, Proseg lacres.<br>Marca: _____   | Unidade | 2.000 | Não registrado |
| <b>60</b> | Envelope saco, papel kraft ouro nº 41, medindo 310 x 410mm, com no mínimo 80g/m². Caixa com 500 envelopes. Marcas de referência: Ipecol, Celucat, Scrity e Foroni.<br>Marca: SCRITY.<br>Fornecedora: <b>TERABRAS COMERCIAL EIRELI – EPP.</b> | Caixa   | 30    | 120,00         |

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 6 de novembro de 2018.

## EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

### COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

#### CAMPO GRANDE

#### EDITAL Nº 0007/2019/49PJ/CGR

A 49ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000431-5, que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, nº 180 – Chácara Cachoeira. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000431-5.

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): A apurar

Assunto: Apurar denúncia de irregularidade na concessão à empresa SHAHIN & CIA LTDA CNPJ N. 02.716.432/0001-29.

Campo Grande/MS, 08 de março de 2019.

GEVAIR FERREIRA LIMA JUNIOR

Promotor de Justiça

#### EDITAL Nº 0008/2019/49PJ/CGR

A 49ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000433-7, que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, nº 180 – Chácara Cachoeira. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000437-7.

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): A apurar

Assunto: Apurar denúncia informando o uso de orçamentos falsos em convênios celebrados entre o Poder Público e a Associação de Pai e Amigos do Autista de Campo Grande/MS.

Campo Grande/MS, 08 de março de 2019.

GEVAIR FERREIRA LIMA JUNIOR

Promotor de Justiça

---

**CORUMBÁ**

---

**EDITAL N. 0001/2019/07PJ/CBA**

A 7ª Promotoria de Justiça de Proteção à Infância e Juventude da Comarca de Corumbá/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo, que se encontra à disposição na Rua Vinte e Um de Setembro, nº 1.630, bairro Aeroporto, Edifício do Fórum. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000065-2.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Município de Ladário/MS.

Assunto: Conhecer sobre eventual falha na comunicação e fluxo da rede de proteção dos direitos da criança e adolescente do Município de Ladário/MS, mormente quanto à notificação da gravidez precoce aos órgãos competentes com o fito de adoção das providências cabíveis.

Corumbá/MS, 12 de março de 2019.

LUDMILA DE PAULA CASTRO SILVA

Promotora de Justiça

---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

---

**AMAMBAI**

---

**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

IC - Inquérito Civil 06.2018.00003475-0

Pelo presente Termo de Ajustamento de Conduta, com fundamento no art. 5º, § 6º, da Lei 7.347/1985 (Ação Civil Pública), os abaixo qualificados o celebram e se obrigam a cumprir as obrigações pactuadas.

**TÍTULO I – PARTES**

**COMPROMITENTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, no âmbito da 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho, doravante denominado *MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL*.

**COMPROMISSÁRIO(s):** ELIAS RICARDO DA SILVA PIRES, brasileiro, agricultor, casado, nascido aos 30.4.1969, CI-RG 4.227.381-3/SSP/PR e CPF 836.797.909-53, número da licença ANAC 021275, emitida em 18.10.2006, CANAC 117896, com endereço na Rua Cascavel, 126, Jardim Paraná, Assis Chateaubriand (PR), CEP 85.935-000, doravante denominado *COMPROMISSÁRIO*; e,

VERA LÚCIA NERY PIRES, brasileira, viúva, agricultora, CI-RG 957.777/SSP/PR, CPF 925.319.629-72, nascida em 10.2.1949, filha de Ricardo Nery e Anair Rinaldi Nery, com endereço na av. Tupãssi, 1.121, apartamento 02, Assis Chateaubriand (PR), representada seu procurador Elias Ricardo Da Silva Pires, brasileiro, agricultor, casado, nascido aos 30.4.1969, CI-RG 4.227.381-3/SSP/PR e CPF 836.797.909-53, número da licença ANAC 021275, emitida em 18.10.2006, CANAC 117896, com endereço na Rua Cascavel, 126, Jardim Paraná, Assis Chateaubriand (PR), CEP 85.935-000, doravante denominada *COMPROMISSÁRIO*.

**TÍTULO II - DESCRIÇÃO DO(S) EMPREENDIMENTO(S)**

**EMPREENDIMENTO E ATIVIDADE:** Regularização jurídico-ambiental da propriedade de matrícula(s) n. 18.619, registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Amambai (MS), CARMS 0018441, denominada Fazenda Santa Helena, de responsabilidade dos compromissários.

### TÍTULO III - OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL

O COMPROMISSÁRIO reconhece ser condição necessária ao cumprimento da função social da propriedade o atendimento das exigências legais, sem prejuízo de quaisquer outras, notadamente as seguintes: a) art. 170, inc. III e VI, da Constituição Federal, que trata da função social da propriedade e da defesa do meio ambiente como princípios da ordem econômica; b) art. 182, § 2º, da Constituição Federal, que trata da função social da cidade e da função social da propriedade urbana; c) arts. 184 e 186 da Constituição Federal, que tratam da função social da propriedade rural; d) art. 225, §§ 1º ao 6º, da Constituição Federal, que trata da defesa do meio ambiente; e) do art. 10 da Lei n. 6.938/81 (Lei de Política Nacional do Meio Ambiente), que prevê como compulsório o prévio licenciamento ambiental; f) art. 14, § 1º, da Lei n. 6.938/81 (Lei da Política Nacional de Meio Ambiente), que impõe reparar, mitigar e compensar os impactos ou degradações ambientais provocados pela exploração da propriedade; g) art. 1.228, §§ 1º ao 5º, do Código Civil de 2002, que trata da função social da propriedade; h) Lei nº 12.305/2010 (Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos).

O COMPROMISSÁRIO reconhece que, em relação ao(s) imóvel(is) descrito(s) no Título II deste Termo, deve haver cumprimento das normas sanitárias e ambientais vigentes e das normas técnicas e legais.

### TÍTULO IV – OBRIGAÇÕES

**CLÁUSULA PRIMEIRA.** O compromissário se obriga a requerer junto a Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL) ou a outro órgão que venha a substituí-lo nesta competência, no prazo máximo de 2 (dois) meses a contar da assinatura deste Termo de Ajustamento de Conduta, a inscrição do imóvel referido no Título II no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** O compromissário deverá, no prazo previsto no *caput*, juntar a este Inquérito Civil uma segunda via de todos os documentos, mapas e CDs com os arquivos digitais que tenham sido encaminhados ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL) para servir de base para inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Caso haja pelo órgão ambiental competente, por qualquer motivo, rejeição, declaração de pendência, arquivamento, declaração de inativo ou cancelamento do pedido feito pelo compromissário nos termos do *caput* desta cláusula, o compromissário se compromete a, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da intimação da decisão pelo órgão ambiental, ingressar com novo requerimento ou suprir as incorreções necessárias, sob pena de incidência da multa prevista neste Termo de Ajustamento de Conduta.

**PARÁGRAFO TERCEIRO.** A comprovação da inscrição da Reserva Legal no Cadastro Ambiental Rural (CAR) será fiscalizada pelo órgão ambiental competente, o qual receberá ofício desta Promotoria de Justiça solicitando que informe a hipótese de pendências, bem como de cancelamento do Cadastro Ambiental Rural (CAR), caso em que incidirá o parágrafo segundo desta cláusula.

**PARÁGRAFO QUARTO.** Na elaboração do Cadastro Ambiental Rural (CAR) o compromissário deverá seguir os estritos termos da Lei 12.651/2012 (Código Florestal), com a interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Declaratória Constitucional (ADC) 42 e nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 4901, 4902, 4903 e 4937.

**CLÁUSULA SEGUNDA.** Se a área de reserva legal, de preservação permanente e/ou de uso restrito estiver integral e comprovadamente preservada sob o aspecto ambiental, o isolamento será decidido pelo órgão ambiental, caso entenda que agentes degradadores estejam ou possam a vir causar degradação nestas áreas protegidas.

**CLÁUSULA TERCEIRA.** Se a área de reserva legal, de preservação permanente e/ou de uso restrito necessitar de regeneração, recomposição ou de qualquer intervenção humana para sua recuperação ou recomposição, bem como se houver outros danos ambientais no imóvel, tais como erosões, voçorocas, perda de solo fértil, etc. (fatos estes informados no documento previsto na cláusula primeira), o compromissário, independentemente do cumprimento das exigências do órgão ambiental, adotará as seguintes providências:

A) apresentará Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA) ou outro documento equivalente ao órgão ambiental competente, no prazo de 2 (dois) meses, sendo que, caso haja arquivamento ou não aprovação do mesmo por qualquer motivo, deverá reiniciá-lo em 30 dias, sob pena da multa prevista neste Termo de Ajustamento de Conduta. O Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA) deverá apresentar as atividades necessárias para recuperação das áreas de Reserva Legal, de preservação permanente, de uso restrito, que contenham erosões ou degradação de solo. No documento deverá ser apresentado cronograma para sua execução, que deverá ser iniciado no prazo de 60 (sessenta) dias e encerrado no prazo máximo de 10 (dez) anos, sendo que o mesmo

passará a fazer parte do Termo de Ajustamento de Conduta e seu descumprimento implicará nas sanções previstas neste instrumento;

B) promoverá, no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar da assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta, o isolamento da área de reserva legal na parte em que necessite de recuperação (para que forme o mínimo de 20% do tamanho do imóvel), mediante instalação de cerca, objetivando garantir sua regeneração natural, bem como prevenindo que a regeneração mediante plantio ou reflorestamento, entre outras, não seja prejudicada pela ação antrópica ou de animais de criação (bovinos, caprinos, equinos, etc). Caso não haja desenvolvimento de pecuária na área, bastará o isolamento mediante implantação de estacas delimitando a área onde não poderá haver atividade produtiva, deixando-a em descanso para regeneração natural, independentemente de outros incrementos, tais como plantio de mudas. Havendo opção por regularização da reserva legal extra-propriedade, esta obrigação ficará suspensa enquanto tramitar o pedido perante o Órgão Ambiental, ficando sem efeito caso haja aprovação. No caso de rejeição do pedido extra-propriedade, deverá ser cumprida em 30 dias a partir da intimação da decisão;

C) promoverá, no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar da assinatura deste Termo de Ajustamento de Conduta o isolamento da área das áreas de preservação permanente e áreas de uso restrito na parte em que necessite de recuperação, mediante instalação de cerca, objetivando garantir sua regeneração natural, bem como prevenindo que a regeneração mediante plantio ou reflorestamento, entre outras, não seja prejudicada pela ação antrópica ou de animais de criação (bovinos, caprinos, equinos, etc.), a ser instalada nas seguintes metragens previstas no art. 4º da Lei 12.651/2012 (Código Florestal). Caso não haja desenvolvimento de pecuária na área, bastará o isolamento mediante implantação de estacas delimitando a área onde não poderá haver atividade produtiva, deixando-a em descanso para regeneração natural;

D) promoverá, no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar da assinatura deste Termo de Ajustamento de Conduta o isolamento da área das áreas objeto do Relatório de Vistoria 029/2ºGPMA/2018 (f. 48) e Termo de Declarações (f. 8), mediante instalação de cerca, objetivando garantir sua regeneração natural, bem como prevenindo que a regeneração mediante plantio ou reflorestamento, neste caso, se houver previsão no Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA), entre outras, não seja prejudicada pela ação antrópica ou de animais de criação (bovinos, caprinos, equinos, etc). Caso não haja desenvolvimento de pecuária na área, bastará o isolamento mediante implantação de estacas delimitando a área onde não poderá haver atividade produtiva, deixando-a em descanso para regeneração natural.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. No caso desta cláusula, a presença de animais de criação (bovinos, caprinos, equinos, etc.) ou desenvolvimento de atividades agrícolas, no interior do perímetro da reserva legal, da área de preservação permanente e áreas de uso restrito, após o prazo para cercamento configurará descumprimento deste Termo de Ajustamento de Conduta, sancionando-se com a multa prevista neste instrumento.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O compromissário compromete-se a não roçar as áreas previstas nesta cláusula (salvo nos casos de roçadas localizadas para desenvolvimento de plantio de mudas visando a recuperação), bem como não efetuar plantio de espécies agrícolas.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A comprovação do cercamento ou isolamento da Reserva Legal, das áreas de uso restrito, da área objeto do Relatório de Vistoria 029/2ºGPMA/2018 (f. 48) e Termo de Declarações (f. 8) e da área de preservação permanente, bem como a ausência de necessidade em razão de estarem devidamente preservadas ou recuperadas será efetuada mediante relatório escrito e fotográfico atestando tal fato, assinado pelo técnico contratado em conjunto com o compromissário, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) (Recomendação n.º 03/2017/CGMP/MS), podendo tal situação ser fiscalizada pela Promotoria de Justiça diretamente ou por meio de requisição a outro órgão, sendo que, caso seja considerada a inverdade do conteúdo do relatório, total ou parcialmente, além da incidência da multa prevista neste Termo de Ajustamento de Conduta, haverá também a responsabilização criminal por falsidade e representação ao órgão de classe respectivo.

PARÁGRAFO QUARTO. A fiscalização do cumprimento do Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA) e da recuperação das áreas, será feita pelo órgão ambiental competente, que receberá ofício do Ministério Público solicitando que informe caso haja descumprimento, para fins de execução do Termo de Ajustamento de Conduta. Esta previsão não impede que o Ministério Público requirite de qualquer órgão ou entidade a fiscalização do cumprimento deste Termo de Ajustamento de Conduta.

PARÁGRAFO QUINTO. As atividades previstas no Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA), no PRA e no Termo de Compromisso firmado com o órgão ambiental, bem como seu cronograma, passarão a fazer parte deste Termo de Ajustamento de Conduta, sendo que seu não cumprimento ensejará as multas e penalidades previstas neste instrumento.

PARÁGRAFO SEXTO. A inexistência de danos relativos à conservação de solo e de necessidade de trabalhos, bem como a não necessidade de Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA) para recuperação de áreas degradadas, inclusive sobre a preservação das áreas de preservação permanente, reserva legal e uso restrito, será efetuada mediante relatório escrito e fotográfico atestando tal fato, assinado pelo técnico contratado em conjunto com o compromissário, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) (Recomendação n.º



03/2017/CGMP/MS), podendo tal situação ser fiscalizada pela Promotoria de Justiça diretamente ou por meio de requisição a outro órgão, sendo que, caso seja considerada a inverdade do conteúdo do relatório, total ou parcialmente, além da incidência da multa prevista neste Termo de Ajustamento de Conduta, haverá também a responsabilização criminal por falsidade e representação ao órgão de classe respectivo.

**PARÁGRAFO SÉTIMO.** A alegação de áreas consolidadas para fins de Reserva Legal somente poderá ser apresentada no Cadastro Ambiental Rural (CAR), nos estritos termos do art. 67 da Lei 12.651/2012 (Código Florestal), tratando-se o imóvel de área inferior a 04 módulos fiscais, medida esta a ser verificada conforme a realidade fática do imóvel em 22 de julho de 2008.

**PARÁGRAFO OITAVO.** Somente será considerada atividade consolidada nas áreas de preservação permanentes, nos termos do art. 61-A da Lei 12.651/2012 (Código Florestal), aquela em que o proprietário comprove por meios idôneos de prova que exercia anteriormente a 22 de julho de 2008 atividades agrossilvipastoris, assim consideradas aquelas que se configurem como atuação sustentável e cumulativa de espécies florestais conjugada com agricultura e criação de animais, não sendo aplicável tal regime às que exerçam de forma isolada a atividade de agricultura, pecuária ou silvicultura.

**PARÁGRAFO NONO.** Não poderão ocupar as áreas de preservação permanente, ainda que anteriores a 22 de julho de 2008, os ranchos de pesca ou lazer, uma vez que não se enquadram na categoria de "ecoturismo" ou "turismo rural" previstas no artigo 61-A da Lei 12.651/2012 (Código Florestal), já que não exercem qualquer atividade econômica na área. Mesmo para aquelas atividades de "ecoturismo" e "turismo rural".

**PARÁGRAFO DEZ.** A presença de animais na área de reserva legal somente será admitida mediante autorização prévia em plano de manejo aprovado pelo órgão ambiental, nos termos do art. 17, § 1º, da Lei 12.651/2012 (Código Florestal).

**PARÁGRAFO ONZE.** Caso a área desmatada, em tese, passível de autorização para desmatamento, estando fora da área de preservação permanente, Reserva Legal e de uso restrito, ficará dispensada a apresentação do Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas (PRADE) e o seu cercamento, no caso de o compromissário optar por fazer carta consulta ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL) dentro do prazo de 30 dias. Em caso de rejeição da opção pelo órgão ambiental, o compromissário será notificado para cumprir a presente cláusula no prazo estipulado neste Termo de Ajustamento de Conduta.

**CLÁUSULA QUARTA.** Caso o compromissário pretenda aderir ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) previsto no art. 59 da Lei 12.651/2012 (Código Florestal), deverá fazer o protocolo do mesmo no prazo de 04 (quatro) meses após o prazo para a inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR), e respeitar os prazos e obrigações previstas neste Termo de Ajustamento de Conduta, prevalecendo aqueles que forem mais restritivos no caso de divergência entre este documento, o Programa de Regularização Ambiental (PRA) e o Termo de Compromisso a ser firmado com o órgão ambiental.

**CLÁUSULA QUINTA.** O(s) COMPROMISSÁRIO(S) se compromete(m) a:

A) não receber ou adquirir, para fins comerciais ou industriais, madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem exigir a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente, e sem munir-se da via que deverá acompanhar o produto até final beneficiamento;

B) não vender, expor à venda, ter em depósito, transporta ou guarda madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem licença válida para todo o tempo da viagem ou do armazenamento, outorgada pela autoridade competente.

**CLÁUSULA SEXTA.** O(s) COMPROMISSÁRIO(s) se comprometem a não efetuar nem permitir o corte ou derrubada de árvores vitalizadas da espécie aroeira, também protegida por legislação federal (Portaria 83N-91-IBAMA), sem que haja uma prévia e expressa autorização do órgão ambiental, mediante licenciamento ambiental pleno (onde haverá a justificação da retirada, a análise dos motivos de natureza pública para tal e o estudo da compensação ambiental devida), bem como das árvores da espécie aroeira do sertão, baraúna ou quebracho e gonçalo alves, não se podendo valer da simples comunicação de cortes de árvores isoladas, atividade esta que não abrange corte de árvores protegidas por lei, conforme já reconhecido na Resolução SEMAC n. 003/2014. Compromete-se também a não efetuar nem permitir a retirada de vegetação nativa que gere material lenhoso ou necessite de qualquer tipo de auxílio de máquinas, sem que tenha a prévia licença ambiental, não podendo utilizar-se da declaração de limpeza de pastagem para tanto.

**CLÁUSULA SÉTIMA.** Em relação ao uso de agrotóxicos, o(s) COMPROMISSÁRIO(a) se compromete(m) a seguir o disposto na Lei nº 7.802/89, alterada pela Lei nº 9.974/2000, o disposto no Decreto Federal nº 4.074/2002, que a regulamentou, o disposto nas alterações posteriores pelos Decretos Federais nº 5.549/2005, 5.981/2006 e nº 6.913/2009,

bem como pelo Decreto Estadual n. nº 12.059/2006, assim como às demais alterações legislativas supervenientes, em especial no que se refere:

A) à utilização de produtos agrotóxicos, obriga-se a sempre usar receituário agrônomo e cumprir fielmente as regras de segurança exigidas pelas normas específicas;

B) à destinação final das embalagens (recipientes ou vasilhames) de produtos agrotóxicos, obriga-se a, logo após proceder à tríplex lavagem, perfura-las para evitar o uso das mesmas para outros fins, devendo, obrigatoriamente, devolvê-las à empresa ou comerciante responsável pela venda, nos termos da Lei Federal n. 9.974/2000 e do Decreto Presidencial n. 3550/2000;

C) à obrigação de, no prazo de 6 (seis) meses, quando tiver de fazer provisoriamente, estocagem de produtos agrotóxicos com invólucro intacto, ou seja, com lacre e ainda sem utilização do conteúdo, providenciar local adequado para tanto, de forma que os produtos fiquem em área específica e isolada, em local arejado e seco, livre de contato com detritos ou outros produtos inflamáveis.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** O(s) COMPROMISSÁRIO(s) se compromete(m) a aplicar os produtos agroquímicos, que vier a utilizar por meio de aviação, somente dentro das áreas limítrofes dos carregadores das lavouras por ela plantadas, bem como a cumprir as regras definidas pelo Ministério da Agricultura, na Instrução Normativa nº 2 de 03/01/2008, fundamentalmente quanto às distâncias mínimas a serem respeitadas, ou seja, não será realizada a aplicação aérea de agrotóxicos em áreas situadas a uma distância mínimo de:

A) quinhentos metros de povoações, cidades, vilas, bairros, moradias isoladas e agrupamentos de animais;

B) duzentos e cinquenta metros de mananciais de água, moradias isoladas e agrupamentos de animais;

C) no caso da aplicação aérea de fertilizantes e sementes, em áreas situadas à distância inferior a quinhentos metros de moradias, o aplicador fica obrigado a comunicar previamente aos moradores da área.

**CLÁUSULA OITAVA.** A título de indenização ambiental o compromissário compromete-se a doar a soma de R\$ 6.000,00 (cinco mil reais), à Instituição credenciada Conselho Municipal de Cidadania e Segurança Pública de Amambai, CNPJ 20.870.550/0001-79 (Banco do Brasil, Ag. 0743-9, CC 33.000-0), devidamente cadastrada como entidade beneficiária de Termo de Ajustamento de Conduta, conforme a Resolução PGJ n. 031/2012, divididos em 6 (cinco) vezes, iniciando-se em 15.4.2019, para custear projeto de interesse social em curso.

**CLÁUSULA NONA.** Neste ato o compromissário compromete-se a ingressar no prazo de 30 (trinta) dias junto à SEMAC/IMASUL, com o pedido de licenciamento ambiental da(s) atividade(s) que necessite(m), especialmente as seguintes, caso existentes:

A) barragens em córregos ou recursos hídricos;

B) captação de água;

C) extração de minérios, areia, cascalho etc.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** As atividades referidas deverão permanecer paralisada até a obtenção da efetiva licença de operação ou de documento com idêntico efeito a ser emitido pelo órgão ambiental, sob pena de multa prevista neste TAC.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Caso o compromissário entenda não ser passível de licenciamento as atividades descritas nesta cláusula, poderá em 60 (sessenta) dias ingressar com carta consulta junto ao órgão ambiental, solicitando dispensa do licenciamento. Caso seja negativa a resposta do órgão ambiental, ou arquivada, deverá o mesmo, independente de nova notificação, dar entrada com o licenciamento das atividades no prazo de 30 dias do arquivamento ou da negativa, sob pena de descumprimento do TAC.

**CLÁUSULA DEZ.** A(s) construção(ões) removíveis em área de preservação permanente deverão ser retiradas, devendo ser procedida de forma completa.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** A recuperação da área onde será retirada a construção prevista no caput desta cláusula, deverá ser prevista no documento constante do Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA) a ser apresentado, respeitado o prazo máximo ali convenicionado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** A comprovação da retirada da construção e a recuperação da área será efetuada mediante relatório escrito e fotográfico atestando tal fato, assinado pelo técnico contratado em conjunto com o compromissário, acompanhada da respectiva ART (Recomendação n.º 03/2017/CGMP/MS), podendo tal situação ser fiscalizada pela Promotoria de Justiça diretamente ou por meio de requisição a outro órgão, sendo que, caso seja considerada a inverdade do conteúdo do relatório, total ou parcialmente, além da incidência da multa prevista neste TAC, haverá também a responsabilização criminal por falsidade e representação ao órgão de classe respectivo.

CLÁUSULA ONZE. Em caso de transferência de propriedade ou posse, onerosa ou gratuita, da área integral ou fracionada, o(s) COMPROMISSÁRIO(s) se obriga(m) a dar ciência a outra parte no negócio, fazendo constar do contrato particular ou escritura pública as obrigações ora assumidas e as respectivas multas pelo descumprimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Independentemente das providências do *caput* desta cláusula, o(s) COMPROMISSÁRIO(s), imediatamente após ocorrer a alienação da propriedade imóvel ou da atividade, conforme o caso, ou a concessão da posse para terceiro, ambas a qualquer título, deverão comparecer nesta Promotoria de Justiça, juntamente com o adquirente ou possuidor para: a) entregar cópia autênticas dos instrumentos de alienação ou transmissão da propriedade ou posse; b) firmar aditamento ao presente Termo, consignando o negócio jurídico e transmitindo as obrigações assumidas para o adquirente da propriedade; c) firmar aditamento ao presente Termo, consignando expressamente a solidariedade com o possuidor no cumprimento das obrigações assumidas.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Se o(s) COMPROMISSÁRIO(s) transferir a propriedade sem cumprir a obrigação ora assumida, permanecerá como responsável solidário com o adquirente ou sucessor nas obrigações e nas multas por descumprimento. Se o(s) COMPROMISSÁRIO(s) transferir tão somente a posse, a qualquer título, permanecerá responsável solidário com o possuidor ou detentor nas obrigações e nas multas por descumprimento.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Em caso de abertura da sucessão do proprietário ou possuidor da área, a qualquer título, as obrigações assumidas passarão aos seus herdeiros, sem exceção. Sem prejuízo, deverão proceder da forma estabelecida no parágrafo primeiro supra.

PARÁGRAFO QUARTO. O adquirente do imóvel descrito no título I deste Termo de Ajustamento de Conduta, total ou parcialmente, sub-rogar-se nas obrigações assumidas, devendo cumpri-lo em sua integralidade.

## TÍTULO V – SANÇÕES

CLÁUSULA DOZE. O descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta enseja a incidência automaticamente (independente de notificação) e independente das *astreintes* ou multas fixadas judicialmente da multa diária, por obrigação descumprida, de 50 (cinquenta) UFERMS, que incidirá por dia de descumprimento até o efetivo e perfeito cumprimento da obrigação.

PARÁGRAFO ÚNICO. Não sendo efetuado o pagamento do valor da multa fixada neste Termo de Ajustamento de Conduta, incidirá, desde o inadimplemento e até o efetivo pagamento da multa, correção monetária e juros de 1% ao mês.

CLÁUSULA QUATORZE. Em caso de descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta, o(s) COMPROMISSÁRIO(s) ficará(ão) sujeito(s) ao pagamento das multas respectivas, que se reverterão para o Fundo Municipal de Meio Ambiente, ou a qualquer outro que venha a sucedê-lo. Não havendo fundo municipal, ao Fundo Estadual de Meio Ambiente ou, não havendo, ao fundo Estadual de Direitos Difusos.

## TÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA TREZE. A revogação, total ou parcial, de quaisquer das normas legais referidas neste Termo de Ajustamento de Conduta, sem prejuízo de outras, não alterará as obrigações ora assumidas.

PARÁGRAFO ÚNICO. A assinatura deste Termo de Ajustamento de Conduta não afasta a competência dos órgãos ambientais para atuação, nem exime do cumprimento das normas legais pertinentes, sendo garantia mínima ambiental.

CLÁUSULA QUATORZE. O Ministério Público poderá fiscalizar a execução do presente acordo sempre que entender necessário, tomando as providências legais cabíveis, inclusive determinando vistorias no imóvel rural e requisitando providências pertinentes aos objetos das obrigações ora assumidas que deverão ser atendidas pelo compromissário no prazo fixado na notificação ou requisição.

CLÁUSULA QUINZE. O compromissário obriga-se a atender, no prazo estabelecido, todas as requisições e solicitações dos órgãos de defesa ambiental federal, estadual e municipal, sempre que estes assim procederem.

CLÁUSULA DEZESSEIS. O descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta poderá ensejar, além da incidência e cobrança da multa respectiva, a propositura de ação civil pública, a execução específica das obrigações de fazer ou não fazer, a instauração de inquérito policial ou ajuizamento de ação penal, bem como outras providências.

CLÁUSULA DEZESSETE. Este Termo de Ajustamento de Conduta não inibe ou impede que o Ministério Público exerça suas funções ou prerrogativas constitucionais ou infraconstitucionais na defesa do meio ambiente ou de qualquer outro direito difuso, coletivo ou individual homogêneo, relacionados direta ou indiretamente com o objeto deste Termo.

CLÁUSULA DEZOITO. Este compromisso de ajustamento produz efeitos a partir da sua assinatura e terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do art. 5º, § 6º, Lei 7.347/1985 (Ação Civil Pública).

CLÁUSULA DEZENOVE. Este Termo de Ajustamento de Conduta em tantas vias quantas forem as partes compromissárias e compromitentes, recebendo cada parte uma delas.

Amambai, 12 de março de 2019.

MICHEL MAESANO MANCUELHO  
Promotor de Justiça

ELIAS RICARDO DA SILVA PIRES  
CPF 836.797.909-53  
Compromissário

VERA LÚCIA NERY PIRES  
CPF 925.319.629-72  
Procurador Elias Ricardo da Silva Pires  
Compromissária

*Testemunhas:*

Nome: Jéssica dos Santos Fernandes  
RG ou CPF: 022.396.651-73

Nome: Raphael Victor Delgado  
RG ou CPF: 007.437.951-80

.....  
**NOVA ANDRADINA**  
.....

#### **EDITAL Nº 01/2019/03PJ/NA**

A 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Nova Andradina/MS, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000669-0, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Rua São José, nº 564, Centro, Nova Andradina/MS telefone (67) 3441-1840 ou 3441-5762.

Procedimento Administrativo 09.2019.00000669-0

Requerente: Ministério Público Estadual.

Assunto: "Apurar as condições estruturais do Estabelecimento Penal Masculino de Regime Fechado de Nova Andradina (EPMNA) e engendrar esforços para minimizar o quadro atual de superlotação"

Nova Andradina/MS, 18 de fevereiro de 2019.

FABRÍCIO SECAFEN MINGATI  
Promotor de Justiça

---

**COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA**

---

---

**ANAUROLÂNDIA**

---

**EDITAL Nº 0006/2019/PJ/AID**

A Promotoria de Justiça de Anaurilândia/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Floriano Peixoto, nº 1001, Centro, Ed. do Fórum, Anaurilândia/MS.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderão ser integralmente acessados via internet no endereço eletrônico <http://consultadeprocementos/consulta/SAJ/processo>

Inquérito Civil nº 06.2019.00000430-4.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido(s): Antonio Ari Bastos.

Assunto: Apurar a eventual ocorrência de dano ambiental na propriedade rural denominada "Rancho Bom Retiro", de propriedade de Antonio Ari Bastos, consistente na realização de desmatamento de vegetação nativa e queimada irregular.

Anaurilândia/MS, 12 de março de 2019.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça.

---

**ANGÉLICA**

---

**EDITAL Nº 013/2019/PJ/AIC**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Angélica/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo, abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua Stefan Dudas, 565, Bairro Industrial, Angélica/MS, CEP 79.785.000, e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço <http://consultaprocedimento.mpms.br>

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000261-7

Noticiante: Procuradoria do Trabalho do Município de Dourados/MS

Interessado: Associação Beneficente de Angélica/MS

Assunto: Apurar a destinação de valores para a aquisição de equipamentos para a Associação Beneficente de Angélica/MS

Angélica/MS, 12 de março de 2019.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 014/2019/PJ/AIC**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Angélica/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo, abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua Stefan Dudas, 565, Bairro Industrial, Angélica/MS, CEP 79.785.000, e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço <http://consultaprocedimento.mpms.br>

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000262-8

Noticiante: De Ofício

Interessado: Município de Angélica/MS

Assunto: Cobrar o cumprimento integral da Recomendação nº 001/2018, expedida no Procedimento Administrativo n. 09.2018.00000193-6.

Angélica/MS, 12 de março de 2019.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

---

**BANDEIRANTES**

---

**INQUÉRITO CIVIL****NÚMERO DO MP 06.2019.00000124-0**

RECOMENDAÇÃO 0003/2019/PJ/BND

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por meio do Promotor de Justiça do Patrimônio Público de Jaraguari/MS, com base em suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 37, *caput*, da Constituição Federal, “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)”;

CONSIDERANDO que o acesso ao serviço público por meios isonômicos é um direito fundamental do cidadão que deve merecer as proativas garantias de todos os operadores do direito, devendo ser o ingresso precedido de um procedimento impessoal onde se assegurem igualdade de oportunidades a todos interessados nos encargos oferecidos pelo Estado, a quem incumbe selecionar os mais adequados mediante critérios objetivos – salvaguardando-se as nomeações fora dos casos de concurso público como excepcionais e sempre em casos limitados à estrita observância da legislação e dos Princípios Constitucionais;

CONSIDERANDO que tais princípios visam resguardar o interesse público na tutela dos bens da coletividade, sendo que, dentre eles, o da moralidade e o da impessoalidade exigem que o agente público paute sua conduta por padrões éticos que têm por fim último alcançar a consecução do bem comum, independentemente da esfera de poder em que atue;

CONSIDERANDO que, *a contrario sensu* do que apregoa como escorreito o Prof. Emerson Garcia ao tratar do nepotismo, agentes públicos que não ostentam equilíbrio e retidão de caráter não conseguem manter incólume a dicotomia entre o *público* e o *privado*, fazendo com que sentimentos de ordem pessoal contaminem e desvirtuem a atividade pública que se propuseram a desempenhar (Improbidade administrativa, 7ª ed., Saraiva, 2013, p. 570), acrescentando-se, desempenhar única e exclusivamente no interesse público, em favor do povo, real detentor do poder;

CONSIDERANDO que a existência em muitos municípios de Mato Grosso do Sul de nomeação de servidores que possuem vínculo de parentesco com autoridades municipais, tais como prefeito, vice-prefeito, secretários municipais e vereadores, para cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, bem como para funções de confiança, o que faz com que a administração municipal se torne um verdadeiro “negócio”, um jogo de interesses escusos chamado “nepotismo”, onde o mérito não é levado em conta, mas sim o sangue que corre nas veias dos beneficiários;

CONSIDERANDO que a ausência do requisito da impessoalidade na escolha ofende os princípios da eficiência e da igualdade, pois é fato público e notório que o critério de escolha não é a capacidade, nem a aptidão para o trabalho, mas fator outro, sempre antiético, imoral e antirrepublicano, a ferir o senso comum, que é justamente a concessão de cargos e funções na Administração Pública pela relação de parentesco que tem entre si ou com um agente político aliado;

CONSIDERANDO que, por ofensa a tais princípios, o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução n. 07/2005, acabando com o nepotismo no âmbito de todos os órgãos do Poder Judiciário (contratação de parentes de Magistrados, até o terceiro grau, para cargos de chefia, direção e assessoramento) e considerando nulos os atos assim caracterizados (art. 1º);

CONSIDERANDO que, como era esperado, a questão chegou ao Supremo Tribunal Federal, que reconheceu não só a constitucionalidade da referida Resolução, mas também que a vedação ao nepotismo se estende aos demais Poderes, pois decorre diretamente dos princípios contidos no art. 37, *caput*, da CF, tendo aquela Resolução apenas disciplinado, em maior detalhe, aspectos dessa restrição que são próprios à atuação dos órgãos jurisdicionais. “Ressaltou-se que o fato de haver diversos atos normativos no plano federal que vedam o nepotismo não significaria que somente leis em sentido formal ou outros diplomas regulamentares fossem aptos para coibir essa prática, haja vista que os princípios constitucionais, que não configuram meras recomendações de caráter moral ou ético, consubstanciam regras jurídicas de caráter prescritivo, hierarquicamente superiores às demais e positivamente vinculantes, sendo sempre dotados

de eficácia, cuja materialização, se necessário, pode ser cobrada por via judicial. Assim, tendo em conta a expressiva densidade axiológica e a elevada carga normativa que encerram os princípios contidos no *caput* do art. 37 da CF, concluiu-se que a proibição do nepotismo independe de norma secundária que obste formalmente essa conduta. Ressaltou, ademais, que admitir que apenas ao Legislativo ou ao Executivo fosse dado exaurir, mediante ato formal, todo o conteúdo dos princípios constitucionais em questão, implicaria mitigar os efeitos dos postulados da supremacia e harmonização da Carga Magna, subvertendo-se a hierarquia entre essa e a ordem jurídica em geral. RE 579951/RN, rel. Min. Ricardo Lewandowski, 20.8.2008. (RE-579951)” (Julgamentos e Súmulas do STF e STJ, organizadora Tânia Regina Trombini Faga, editora Método, 2009, p. 98);

CONSIDERANDO que, em se reconhecendo a autoaplicabilidade dos princípios constitucionais estabelecidos no art. 37, *caput*, da Carta da República – aliás, diga-se de passagem, hoje não mais se discute a força normativa dos princípios constitucionais, que não têm mero caráter moral ou ético –, o Supremo Tribunal Federal aprovou a Súmula Vinculante n. 13, cujo verbete, com efeito *erga omnes*, tem a seguinte redação: “A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal”;

CONSIDERANDO, noutro vértice, que a Câmara Municipal não possui personalidade jurídica, conforme ensina o ilustre jurista HELY LOPES MEIRELLES: “Certo é que a Câmara não tem personalidade jurídica, mas tem personalidade judiciária. Pessoa jurídica é o Município.” (Direito Municipal Brasileiro, 14ª ed., Malheiros, p. 612 – negrito não existente);

CONSIDERANDO que o parentesco que caracteriza nepotismo pode ser sanguíneo ou por afinidade, na linha reta ou colateral, conforme quadro a seguir transcrito para fins de ilustração e esclarecimento:

**GRAUS DE PARENTESCO PARA FINS DE NEPOTISMO**  
(Autoridade Nomeante e Cônjuge)

| FORMAS DE PARENTESCO   |                    |             | GRAUS DE PARENTESCO   |   |   |
|------------------------|--------------------|-------------|---|---|---|
|                        |                    |             | 1º GRAU   | 2º GRAU   | 3º GRAU   |
| Parentes Consanguíneos | Em linha reta      | Ascendentes | <b>PAIS</b> (INCLUSIVE MADAstra E PAdASTRO)                             | <b>AVÓS</b>   | <b>BISAVÓS</b>  |
|                        |                    | Descendente | <b>FILHOS</b>   | <b>NETOS</b>  | <b>BISNETOS</b>   |
|                        | Em linha colateral |             |   | <b>IRMÃOS</b>                                       | <b>TIOS E SOBRINHOS</b> (E SEUS CÔNJUGES)                           |
| Parentes por Afinidade | Em linha reta      | Ascendentes | <b>SOGROS</b> (INCLUSIVE MADAstra E PAdASTRO DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO) | <b>AVÓS DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO</b>               | <b>BISAVÓS DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO</b>                            |
|                        |                    | Descendente | <b>ENTEADOS, GENROS, NORAS</b> (INCLUSIVE DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO)    | <b>NETOS</b> (EXCLUSIVOS DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO) | <b>BISNETOS</b> (EXCLUSIVOS DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO)              |
|                        | Em linha colateral |             |   | <b>CUNHADOS</b> (IRMÃOS DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO)  | <b>TIOS E SOBRINHOS DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO</b> (E SEUS CÔNJUGES) |

Observação: o cônjuge ou companheiro, embora não seja considerado parente, encontra-se sujeito às vedações contidas na Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal.

CONSIDERANDO, assim, que o Prefeito, o Vice-Prefeito, Secretários Municipais e os Vereadores integram a mesma pessoa jurídica, no caso, o Município de Jaraguari/MS;

CONSIDERANDO, dessa forma, que a nomeação de parentes de vereadores, por parte do Prefeito, do Vice-Prefeito, do Presidente da Câmara Municipal, este ainda que por indicação dos Vereadores, para cargos em comissão ou função de confiança (cargos de direção, chefia e assessoramento), configura nepotismo nos termos da Súmula transcrita e, de igual modo, o exercício, por servidor concursado, de função gratificada (Nesse sentido: TJSP, AgrInst 046925-74.2011.8.26.0000, Comarca Itapeva, Rel. Des. Carlos Eduardo Pachi, julg. 30.05.2011);

CONSIDERANDO que tramita nesta Promotoria de Justiça o Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000124-0, cujo objeto é apurar nepotismo e ausência de controle da jornada de trabalho dos funcionários da Prefeitura de Jaraguari;

CONSIDERANDO a possibilidade de existência de situações semelhantes a que está sendo investigada no referido procedimento em outras secretarias e órgãos municipais e a necessidade de uma atuação preventiva do Ministério Público na proteção do patrimônio público e dos princípios que regem a administração pública, tais como o da impessoalidade, da legalidade e da moralidade administrativa, a fim de evitar alegação de mero erro ou ignorância acerca destes princípios e obrigações jurídicas deles decorrentes;

RESOLVE, com fulcro no art. 29, IV, da Lei Complementar n. 72, de 18 de janeiro de 1994 e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PJG de 27 de novembro de 2007, RECOMENDAR

- ao Prefeito Edson Rodrigues Nogueira que promova a desinvestidura imediata do seu quadro funcional dos servidores comissionados, de parentes do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e de vereadores deste município, até 3º grau inclusive, na linha reta ou colateral, consanguíneos ou afins, que tenham sido nomeados com violação à Súmula Vinculante n. 13 do STF (por critérios subjetivos de indicação política), nos termos retromencionados, além de promover a adequação de eventuais servidores concursados, parentes de vereadores e secretários municipais, até 3º grau inclusive, na linha reta ou colateral, consanguíneos ou afins, que exerçam função gratificada, e de servidores contratados mediante contrato temporário sem prévia aprovação em concurso público em sentido estrito (art. 37, inciso II, da Constituição Federal - excluindo-se deste conceito processo seletivo simplificado);

- colha de todos os servidores ocupantes de cargo em comissão, função gratificada ou de confiança e contratados declaração de inexistência de vínculo de parentesco com autoridades municipais, devendo constar da referida declaração a advertência das consequências legais (cíveis, administrativas e criminais) em casos de falsidade ideológica das informações prestadas pelo servidor;

- institua, no prazo de 30 (trinta) dias, caso ainda não exista, o controle de frequência e horário por meio digital (ponto digital) para todos os servidores do município, salvo em locais da zona rural onde seja tecnicamente inviável, adotando-se nestas localidades folha de ponto manual, sem prejuízo da adoção e observância imediata do preenchimento da folha de frequência manual pelos servidores na mais esmerada fidelidade aos horários de entrada e saída destes;

- adotar, imediatamente, as providências necessárias à realização de concurso público para provimento dos cargos existentes na estrutura administrativa do município (cargos já criados em lei municipal), a fim de regularizar a caótica situação fática e jurídica consistente de servidores contratados emergencialmente para o exercício de atividades permanentes e ordinárias da administração pública municipal, fora das hipóteses constitucionalmente previstas.

Deverá o Prefeito Municipal informar e comprovar nesta Promotoria de Justiça, até a data de 12 de abril de 2019 (45 dias), as providências adotadas, e publicar esta recomendação no Diário Oficial do Município e no “Website” da Prefeitura, remetendo cópia da publicação e informações a respeito do acatamento ou não dos itens desta recomendação a esta Promotoria de Justiça de Bandeirantes/MS.

Em caso de não acatamento desta Recomendação, o Ministério Público Estadual adotará as medidas legais necessárias a fim de assegurar a sua implementação, inclusive pela prática de ato de improbidade administrativa (Entendendo que a prática de nepotismo caracteriza ato de improbidade, cito: TJSP, 11ª Câmara de Direito Público, apelação cível 849.945.5/1-00 da Comarca de Valparaíso, votação unânime, jul. 02.03.2009), porquanto afastada a boa-fé justamente pelo teor desta Recomendação e pela aceitação, por conta e risco de Vossa Excelência, da manutenção dos servidores.

Bandeirantes, 27 de fevereiro de 2019.

PAULO HENRIQUE MENDONÇA DE FREITAS  
Promotor de Justiça Substituto



**INQUÉRITO CIVIL****NÚMERO DO MP 06.2017.00001672-5**

RECOMENDAÇÃO 0004/2019/PJ/BND

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por meio do Promotor de Justiça do Patrimônio Público de Bandeirantes/MS, com base em suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 37, *caput*, da Constituição Federal, “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)”;

CONSIDERANDO que o acesso ao serviço público por meios isonômicos é um direito fundamental do cidadão que deve merecer as proativas garantias de todos os operadores do direito, devendo ser o ingresso precedido de um procedimento impessoal onde se assegurem igualdade de oportunidades a todos interessados nos encargos oferecidos pelo Estado, a quem incumbe selecionar os mais adequados mediante critérios objetivos – salvaguardando-se as nomeações fora dos casos de concurso público como excepcionais e sempre em casos limitados à estrita observância da legislação e dos Princípios Constitucionais;

CONSIDERANDO que tais princípios visam resguardar o interesse público na tutela dos bens da coletividade, sendo que, dentre eles, o da moralidade e o da impessoalidade exigem que o agente público paute sua conduta por padrões éticos que têm por fim último alcançar a consecução do bem comum, independentemente da esfera de poder em que atue;

CONSIDERANDO que, *a contrario sensu* do que apregoa como escorreito o Prof. Emerson Garcia ao tratar do nepotismo, agentes públicos que não ostentam equilíbrio e retidão de caráter não conseguem manter incólume a dicotomia entre o *público* e o *privado*, fazendo com que sentimentos de ordem pessoal contaminem e desvirtuem a atividade pública que se propuseram a desempenhar (Improbidade administrativa, 7ª ed., Saraiva, 2013, p. 570), acrescentando-se, desempenhar única e exclusivamente no interesse público, em favor do povo, real detentor do poder;

CONSIDERANDO que a existência em muitos municípios de Mato Grosso do Sul de nomeação de servidores que possuem vínculo de parentesco com autoridades municipais, tais como prefeito, vice-prefeito, secretários municipais e vereadores, para cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, bem como para funções de confiança, o que faz com que a administração municipal se torne um verdadeiro “negócio”, um jogo de interesses escusos chamado “nepotismo”, onde o mérito não é levado em conta, mas sim o sangue que corre nas veias dos beneficiários;

CONSIDERANDO que a ausência do requisito da impessoalidade na escolha ofende os princípios da eficiência e da igualdade, pois é fato público e notório que o critério de escolha não é a capacidade, nem a aptidão para o trabalho, mas fator outro, sempre antiético, imoral e antirrepublicano, a ferir o senso comum, que é justamente a concessão de cargos e funções na Administração Pública pela relação de parentesco que tem entre si ou com um agente político aliado;

CONSIDERANDO que, por ofensa a tais princípios, o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução n. 07/2005, acabando com o nepotismo no âmbito de todos os órgãos do Poder Judiciário (contratação de parentes de Magistrados, até o terceiro grau, para cargos de chefia, direção e assessoramento) e considerando nulos os atos assim caracterizados (art. 1º);

CONSIDERANDO que, como era esperado, a questão chegou ao Supremo Tribunal Federal, que reconheceu não só a constitucionalidade da referida Resolução, mas também que a vedação ao nepotismo se estende aos demais Poderes, pois decorre diretamente dos princípios contidos no art. 37, *caput*, da CF, tendo aquela Resolução apenas disciplinado, em maior detalhe, aspectos dessa restrição que são próprios à atuação dos órgãos jurisdicionais. “Ressaltou-se que o fato de haver diversos atos normativos no plano federal que vedam o nepotismo não significaria que somente leis em sentido formal ou outros diplomas regulamentares fossem aptos para coibir essa prática, haja vista que os princípios constitucionais, que não configuram meras recomendações de caráter moral ou ético, consubstanciam regras jurídicas de caráter prescritivo, hierarquicamente superiores às demais e positivamente vinculantes, sendo sempre dotados de eficácia, cuja materialização, se necessário, pode ser cobrada por via judicial. Assim, tendo em conta a expressiva densidade axiológica e a elevada carga normativa que encerram os princípios contidos no *caput* do art. 37 da CF, concluiu-

se que a proibição do nepotismo independe de norma secundária que obste formalmente essa conduta. Ressaltou, ademais, que admitir que apenas ao Legislativo ou ao Executivo fosse dado exaurir, mediante ato formal, todo o conteúdo dos princípios constitucionais em questão, implicaria mitigar os efeitos dos postulados da supremacia e harmonização da Carga Magna, subvertendo-se a hierarquia entre essa e a ordem jurídica em geral. RE 579951/RN, rel. Min. Ricardo Lewandowski, 20.8.2008. (RE-579951)” (Julgamentos e Súmulas do STF e STJ, organizadora Tânia Regina Trombini Faga, editora Método, 2009, p. 98);

CONSIDERANDO que, em se reconhecendo a autoaplicabilidade dos princípios constitucionais estabelecidos no art. 37, *caput*, da Carta da República – aliás, diga-se de passagem, hoje não mais se discute a força normativa dos princípios constitucionais, que não têm mero caráter moral ou ético –, o Supremo Tribunal Federal aprovou a Súmula Vinculante n. 13, cujo verbete, com efeito *erga omnes*, tem a seguinte redação: "A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal";

CONSIDERANDO, noutro vértice, que a Câmara Municipal não possui personalidade jurídica, conforme ensina o ilustre jurista HELY LOPES MEIRELLES: “Certo é que a Câmara não tem personalidade jurídica, mas tem personalidade judiciária. Pessoa jurídica é o Município.” (Direito Municipal Brasileiro, 14ª ed., Malheiros, p. 612 – negrito não existente);

CONSIDERANDO que o parentesco que caracteriza nepotismo pode ser sanguíneo ou por afinidade, na linha reta ou colateral, conforme quadro a seguir transcrito para fins de ilustração e esclarecimento:

**GRAUS DE PARENTESCO PARA FINS DE NEPOTISMO**  
(Autoridade Nomeante e Cônjuge)

| FORMAS DE PARENTESCO   |                    |             | GRAUS DE PARENTESCO   |   |   |
|------------------------|--------------------|-------------|---|---|---|
|                        |                    |             | 1º GRAU   | 2º GRAU   | 3º GRAU   |
| Parentes Consanguíneos | Em linha reta      | Ascendentes | <b>PAIS (INCLUSIVE MADASTRA E PADASTRO)</b>                             | <b>AVÓS</b>   | <b>BISAVÓS</b>  |
|                        |                    | Descendente | <b>FILHOS</b>   | <b>NETOS</b>  | <b>BISNETOS</b>   |
|                        | Em linha colateral |             |   | <b>IRMÃOS</b>                                       | <b>TIOS E SOBRINHOS (E SEUS CÔNJUGES)</b>                           |
| Parentes por Afinidade | Em linha reta      | Ascendentes | <b>SOGROS (INCLUSIVE MADASTRA E PADASTRO DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO)</b> | <b>AVÓS DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO</b>               | <b>BISAVÓS DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO</b>                            |
|                        |                    | Descendente | <b>ENTEADOS, GENROS, NORAS (INCLUSIVE DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO)</b>    | <b>NETOS (EXCLUSIVOS DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO)</b> | <b>BISNETOS (EXCLUSIVOS DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO)</b>              |
|                        | Em linha colateral |             |   | <b>CUNHADOS (IRMÃOS DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO)</b>  | <b>TIOS E SOBRINHOS DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO (E SEUS CÔNJUGES)</b> |

Observação: o cônjuge ou companheiro, embora não seja considerado parente, encontra-se sujeito às vedações contidas na Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal.

CONSIDERANDO, assim, que o Prefeito, o Vice-Prefeito, Secretários Municipais e os Vereadores integram a mesma pessoa jurídica, no caso, o Município de Bandeirantes/MS;

CONSIDERANDO, dessa forma, que a nomeação de parentes de vereadores, por parte do Prefeito, do Vice-

Prefeito, do Presidente da Câmara Municipal, este ainda que por indicação dos Vereadores, para cargos em comissão ou função de confiança (cargos de direção, chefia e assessoramento), configura nepotismo nos termos da Súmula transcrita e, de igual modo, o exercício, por servidor concursado, de função gratificada (Nesse sentido: TJSP, AgrInst 046925-74.2011.8.26.0000, Comarca Itapeva, Rel. Des. Carlos Eduardo Pachi, julg. 30.05.2011);

CONSIDERANDO que tramita nesta Promotoria de Justiça o Inquérito Civil nº 06.2017.00001672-5, cujo objeto é apurar nepotismo e ausência de controle da jornada de trabalho dos funcionários lotados na Secretaria Municipal de Obras de Bandeirantes;

CONSIDERANDO a possibilidade de existência de situações semelhantes a que está sendo investigada no referido procedimento em outras secretarias e órgãos municipais e a necessidade de uma atuação preventiva do Ministério Público na proteção do patrimônio público e dos princípios que regem a administração pública, tais como o da impessoalidade, da legalidade e da moralidade administrativa, a fim de evitar alegação de mero erro ou ignorância acerca destes princípios e obrigações jurídicas deles decorrentes;

RESOLVE, com fulcro no art. 29, IV, da Lei Complementar n. 72, de 18 de janeiro de 1994 e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PGJ de 27 de novembro de 2007, RECOMENDAR

- ao Prefeito ÁLVARO URT que promova a desinvestidura imediata do seu quadro funcional dos servidores comissionados, de parentes do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e de vereadores deste município, até 3º grau inclusive, na linha reta ou colateral, consanguíneos ou afins, que tenham sido nomeados com violação à Súmula Vinculante n. 13 do STF (por critérios subjetivos de indicação política), nos termos retromencionados, além de promover a adequação de eventuais servidores concursados, parentes de vereadores e secretários municipais, até 3º grau inclusive, na linha reta ou colateral, consanguíneos ou afins, que exerçam função gratificada, e de servidores contratados mediante contrato temporário sem prévia aprovação em concurso público em sentido estrito (art. 37, inciso II, da Constituição Federal - excluindo-se deste conceito processo seletivo simplificado);

- colha de todos os servidores ocupantes de cargo em comissão, função gratificada ou de confiança e contratados declaração de inexistência de vínculo de parentesco com autoridades municipais, devendo constar da referida declaração a advertência das consequências legais (cíveis, administrativas e criminais) em casos de falsidade ideológica das informações prestadas pelo servidor, e encaminhar ao Ministério Público informação acerca do acatamento e realização deste item da presente recomendação;

- institua, no prazo de 30 (trinta) dias, caso ainda não exista, o controle de frequência e horário por meio digital (ponto digital) para todos os servidores do município, salvo em locais da zona rural onde seja tecnicamente inviável, adotando-se nestas localidades folha de ponto manual, sem prejuízo da adoção e observância imediata do preenchimento da folha de frequência manual pelos servidores na mais esmerada fidelidade aos horários de entrada e saída destes;

- adotar, imediatamente, as providências necessárias à realização de concurso público para provimento dos cargos existentes na estrutura administrativa do município (cargos já criados em lei municipal), a fim de regularizar a caótica situação fática e jurídica consistente de servidores contratados emergencialmente para o exercício de atividades permanentes e ordinárias da administração pública municipal, fora das hipóteses constitucionalmente previstas.

Deverá o Prefeito Municipal informar e comprovar nesta Promotoria de Justiça, até a data de 12 de abril de 2019 (45 dias), as providências adotadas, e publicar esta recomendação no Diário Oficial do Município e no “Website” da Prefeitura, remetendo cópia da publicação e informações a respeito do acatamento ou não dos itens desta recomendação a esta Promotoria de Justiça de Bandeirantes/MS.

Em caso de não acatamento desta Recomendação, o Ministério Público Estadual adotará as medidas legais necessárias a fim de assegurar a sua implementação, inclusive pela prática de ato de improbidade administrativa (Entendendo que a prática de nepotismo caracteriza ato de improbidade, cito: TJSP, 11ª Câmara de Direito Público, apelação cível 849.945.5/1-00 da Comarca de Valparaíso, votação unânime, jul. 02.03.2009), porquanto afastada a boa-fé justamente pelo teor desta Recomendação e pela aceitação, por conta e risco de Vossa Excelência, da manutenção dos servidores.

Bandeirantes, 01 de março de 2019.

PAULO HENRIQUE MENDONÇA DE FREITAS  
Promotor de Justiça Substituto

---

**BATAYPORÃ**

---

**AUTOS DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO: 06.2018.00002284-2****RECOMENDAÇÃO - nº 01/2019**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotoria de Justiça de Batayporã/ MS, apresentado pela Promotora de Justiça subscritora, no uso das atribuições previstas no artigo 127 Constituição Federal; artigo 27, parágrafo único, IV, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993), artigo 29, inciso IV, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar nº 72/1994) e artigo 44 da Resolução PGJ nº 015/2007<sup>1</sup>:

CONSIDERANDO que ao Ministério Público cabe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da CF/88; art. 1º da Lei nº 8.625/93 e art. 1º da LC nº 72/94), sendo que, para tanto, deve promover inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF/88; art. 25, IV, b, da Lei nº 8.625/93 e art. 25, IV, b, da LC nº 72/94);

CONSIDERANDO chegou ao conhecimento do Ministério Público a notícia sobre a existência de alguns medicamentos vencidos nos Posto de Saúde de Batayporã;

CONSIDERANDO que durante inspeção in loco, restou confirmado que alguns medicamentos estavam com data de validade vencida;

CONSIDERANDO que um medicamento NUNCA deve ser utilizado, após a data de vencimento, tendo em vista que podem ocorrer alterações no produto, deixando-o sem efeito desejado, ou alterando seu efeito.

CONSIDERANDO que a preservação da qualidade dos medicamentos deve ser garantida desde sua fabricação até a dispensação ao paciente;

CONSIDERANDO que a Constituição da República inclui dentre as funções institucionais do Ministério Público a de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (Art. 129, II);

CONSIDERANDO *que para o exercício da função institucional do art. 129, II, a Lei n.º 8.625/1993 estabelece caber ao Ministério Público expedir recomendações, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito (art. 27, par. ún, IV);*

CONSIDERANDO que a recomendação “*constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público*”<sup>2</sup>;

RECOMENDA a Excelentíssima Senhora Secretária de Saúde<sup>3</sup> do Município de BATAYPORÃ-MS, com fundamento no art. 27, parágrafo único, IV, da Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e art. 44 da Resolução nº 015/2007-PGJ, que regularize a questão, adotando as seguintes medidas corretivas e preventivas:

- Passe a realizar levantamento mensal da realidade do fornecimento de medicamentos no Município, prevendo a necessidade de aquisição de medicamentos e o abastecimento dos estoques das farmácias.

- Passe a executar inventário dos almoxarifados das farmácias.

---

1 Disciplina o inquérito civil e demais investigações do Ministério Público na área dos interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, as audiências públicas, os compromissos de ajustamento de conduta e as recomendações, e dá outras providências.

2 ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2. ed. Salvador: JusPODVM, 2013, p. 49.

3 Resolução n. 164/2017 CNMP - Art. 4º, §1º A recomendação será dirigida a quem tem poder, atribuição ou competência para a adoção das medidas recomendadas, ou responsabilidade pela reparação ou prevenção do dano.

- Elaborar uma planilha de movimentação mensal de estoque, juntamente com o pedido mensal, para fins de controle dos medicamentos fornecidos;

- Controlar a validade e lote dos produtos, que pode ser feita por intermédio de um caderno de dispensação ou na ficha de prateleira, para então 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento possibilite o remanejamento e transferência ou posterior retirada do medicamento

- Controlar a temperatura e acondicionamento dos produtos de geladeira, e se estocagem está distante das paredes e do fundo destas, mantendo os medicamentos em temperatura adequada;

A Excelentíssima Senhora Secretária de Saúde do Município de BATAYPORÃ-MS deverá Informar a esta Promotoria de Justiça, no prazo de 30(dez) dias, as medidas adotadas, apresentando desde logo os documentos, relatórios etc demonstrando que as orientações foram acatadas.

Ademais, o descumprimento desta recomendação ensejará a interposição das medidas administrativas e judiciais cabíveis, em caso de omissão e manutenção da situação fática em tela;

Batayporã, 28 de fevereiro de 2019.

BIANKA M. A. MENDES.  
Promotora de Justiça

#### ITAQUIRAÍ

---

#### **EDITAL Nº 0004/2019/PJ/ITQ**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Itaquiraí/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2019.00000423-7, que se encontra à disposição na Avenida Mato Grosso, nº 350, bairro Centro- Edifício do Fórum, em Itaquiraí/MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000423-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Grau de Sigilo: Absoluto

Objeto: Investigar supostos atos de improbidade praticados por servidores municipais lotados na Secretaria de Recursos Humanos.

Itaquiraí, 12 de março de 2019.

PAULO DA GRAÇA RIQUELME DE MACEDO JÚNIOR  
Promotor de Justiça